

Relatório da Administração

Senhores e senhoras acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Companhia Jaguari de Energia ("CPFL Santa Cruz" ou "Companhia") submete à apreciação dos senhores o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras da Companhia, com o relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. As demonstrações financeiras na íntegra estão disponíveis na sede da Companhia. Todas as comparações realizadas neste relatório levam em consideração os dados da Companhia em relação ao exercício de 2022, exceto quando especificado de outra forma.

1. Considerações iniciais

Em 2023, a CPFL Santa Cruz cumpriu com sua agenda estratégica, atendendo com eficiência às demandas de 504 mil clientes, em 45 municípios, sendo 39 localizados no Estado de São Paulo, 3 em Minas Gerais e 3 no Paraná.

As vendas de energia para o mercado cativo registraram uma redução de 1,2% em relação ao exercício de 2022, com destaque para a classe industrial, que registrou uma queda de 9,5%.

A CPFL Santa Cruz, em 2023, recebeu a premiação da ANEEL nas categorias Brasil e Região Sudeste, para concessionárias acima de 400 mil unidades consumidoras. Além disso, foi eleita vencedora pelo Prêmio Abradee, nas categorias Nacional, Responsabilidade Socioambiental e Gestão Operacional, para as empresas com até 500 mil consumidores. Ao longo deste relatório serão apresentadas as informações mais relevantes do último exercício, como o reajuste das tarifas de energia e as iniciativas que visam melhorar a qualidade do fornecimento de energia e dos serviços prestados aos clientes.

2. Comentário sobre a conjuntura

Ambiente macroeconômico

O ano de 2023 começou sob os sinais de baixo crescimento e elevada inflação. As expectativas de acordo com a Pesquisa Focus estavam em torno de 0,8% e 5,3%, respectivamente. A perspectiva era que a recomposição tributária afetaria preços administrados, especialmente combustíveis, mantendo a inflação elevada a despeito dos efeitos negativos da elevação de juros sobre a atividade econômica. No entanto, houve surpresas benignas nas duas frentes: o crescimento econômico foi mais forte e a inflação, mais baixa.

Um dos fatores a colaborar para o desempenho melhor do que o esperado foi a normalização das cadeias produtivas e o recuo dos preços de commodities, tanto para a desinflação global como brasileira.

Domesticamente, a safra recorde – muito maior que a inicialmente esperada – contribuiu direta (com cerca de 1,2 p.p.) e indiretamente para o PIB mais forte (através dos efeitos multiplicadores da renda gerada no setor).

A farta oferta agrícola também ajudou a redução dos preços domesticamente, especialmente dos alimentos; de fato, 2023 registrou deflação do grupo Alimentação no Domicílio no IPCA. Assim, apesar da recomposição dos impostos sobre combustíveis e da elevada inflação de administrados no ano (9,2%), a inflação encerrou o ano com 4,62%, dentro do intervalo de metas, cujo teto é 4,75%.

O ano de 2023 também testemunhou a discussão em torno da meta de inflação e da autonomia do Banco Central, o que acabou levando à desancoragem das expectativas de inflação em prazos mais longos, especialmente durante o primeiro semestre. Quando se tornou claro que haveria manutenção da autonomia do Banco Central e da meta de inflação em 3% - agora transformada em meta contínua houve uma reancoragem parcial destas expectativas, que passaram a orbitar 3,5%, pouco acima do centro da meta.

Um dos motivos para a reancoragem das expectativas de inflação ser apenas parcial é a questão fiscal. O ano foi de significativos avanços nesta seara, como a aprovação do novo Arcabouço Fiscal e das medidas que devem alavancar as receitas em 2024. Mas ainda há muita incerteza a respeito do cumprimento/alterações destas metas, que deve continuar sendo um foco de atenção ao longo de 2024.

Enquanto as expectativas de inflação permaneciam pressionadas e não havia clareza sobre o ambiente internacional e doméstico, o Banco Central manteve a taxa de juros inalterada. Apenas quando se tornou mais claro o processo de desinflação e apareceram sinais de decompressão dos núcleos é que a Selic começou a ser reduzida, mas os impactos da moderação da restrição monetária só devem ser mais plenamente observados em 2024, dadas as defasagens usuais.

No PIB mais forte de 2023 também participou a expansão da massa de renda das famílias, beneficiada por um mercado de trabalho forte, com expansão do emprego e do rendimento médio real dos trabalhadores, além das elevadas transferências governamentais através do Bolsa Família. A expansão da renda foi importante para garantir um bom desempenho do varejo mais dependente dela; já o varejo mais ligado ao crédito teve mais dificuldades, dado o ambiente de elevada inadimplência, taxas de juros nas alturas e endividamento das famílias em patamar recorde. A inadimplência recuou na segunda metade do ano, embalada pelo programa Desenrola, mas a recuperação deste mercado é apenas incipiente e deve se fortalecer ao longo de 2024, refletindo a redução da Selic. Dentro do varejo que depende mais do crédito houve o destaque positivo das vendas de automóveis, incentivadas pelos programas governamentais específicos.

Do ponto de vista da indústria, no entanto, foi um ano difícil. Conquanto a extrativa mineral tenha ido muito bem, a indústria de transformação refletiu tanto a demanda mais baixa quanto as dificuldades para obtenção de crédito pelas empresas. Além da Selic elevada, o episódio das reclassificações contábeis da Americanas no início do ano impôs cautela extra aos bancos e mercados de capitais. A situação só começou a melhorar no segundo semestre, sob a égide do afrouxamento monetário e da percepção de que o episódio contábil era mesmo restrito às Americanas. Esta melhora deve perdurar em 2024.

O câmbio permaneceu sob pressão no primeiro semestre, enquanto pairavam dúvidas sobre a questão fiscal e a autonomia do Banco Central; aos poucos, conforme estas questões foram sendo confrontadas, houve pequena apreciação. Os movimentos do

câmbio refletiram, também, os humores dos mercados com a economia internacional; o ano de 2023 foi de elevação dos juros nas principais economias do mundo e a perspectiva de que as taxas permaneceriam em terreno contracionista por bastante tempo prevaleceu em boa parte do segundo semestre. Em dezembro, no entanto, estas perspectivas foram parcialmente desarmadas, com os mercados começando a apostar em quedas de juros mais incisivas ao longo de 2024, o que colaborou para perda de valor do dólar em relação às demais moedas, inclusive o real.

Deve-se notar, ainda, outro fato relevante no apagar das luzes do ano: a promulgação da reforma tributária. Os pilares da reforma são a implantação de um sistema de base tributária ampla e não cumulativo; a uniformização da legislação; a enorme simplificação do sistema; e, ainda que maiores do que as desejáveis, um número limitado de exceções. Com isso, o novo sistema deve ser menos complexo que o atual e com menor incentivo à litigância, proporcionando alguma redução das distorções alocativas e aumento da produtividade da economia nacional. Na esteira das reformas aprovadas em 2023, o Brasil recebeu *upgrade* da classificação de risco de sua dívida pela S&P, o que ajudou a consolidar o processo de apreciação cambial nos últimos dias do ano.

Tarifas de energia elétrica

Reajuste Tarifário Anual (RTA) de 2023:

Em 21 de março de 2023, por meio da Resolução Homologatória nº 3.178, a ANEEL aprovou o resultado do Reajuste Tarifário Anual da CPFL Santa Cruz, reajustando as tarifas de energia elétrica da distribuidora em 5,65%, sendo 4,41% relativos ao Reposicionamento Tarifário Econômico e 1,23% referentes aos componentes financeiros externos ao Reposicionamento Tarifário. O impacto da Parcela A (Energia, Encargos de Transmissão e Encargos Setoriais) no reajuste econômico foi de 3,24% e da Parcela B de 1,17%. O efeito médio percebido pelos consumidores foi de 9,02%, sendo de 12,67%, em média, para os consumidores conectados na Alta Tensão e de 6,85%, em média, para os consumidores conectados na Baixa Tensão.

3. Desempenho operacional

Clientes: a CPFL Santa Cruz encerrou o ano de 2023 com 504 mil clientes, com aumento de 8 mil consumidores, representando um crescimento de 1,5%.

Vendas de energia

Em 2023, as vendas para o mercado cativo totalizaram 2.033 GWh, uma queda de 1,2% em relação a 2022.

A participação das principais classes de consumo no total da energia faturada para consumidores cativos da distribuidora em 2023 foi de 46,6% para a classe residencial, 14,3% para a classe comercial e 9,6% para a classe industrial. Para essas classes de consumo, destaca-se:

- **Classe Residencial:** aumento de 6,0%, devido a maiores temperaturas registradas no período, a melhora da massa de renda real, e o incremento de unidades consumidoras em 2023 quando comparado ao ano de 2022. Em contrapartida tivemos o impacto negativo referente ao aumento de unidades de MMDG (Micro e Minigeração Distribuída);
- **Classe Comercial:** redução de 2,1%, refletindo o incremento de MMDG (Micro e Minigeração Distribuída) e a migração de clientes cativos para o mercado livre;
- **Classe Industrial:** redução de 9,5%, refletindo a desaceleração da produção industrial e a migração de clientes cativos para o mercado livre.

Nota: as vendas para o mercado cativo não consideram a energia vendida por meio da tarifa de uso (Uso D) das permissionárias que se tornaram parcialmente livres ao longo de 2023, incluída na linha de "Outras Concessionárias, Permissionárias e Autorizadas" da nota explicativa de "Receita Operacional".

Qualidade dos serviços prestados

Atendimento ao cliente: a CPFL Santa Cruz obteve, em 2023, o Índice de Satisfação da Qualidade Percebida (ISQP) de 78,2, na pesquisa anual realizada pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica – Abradee, resultado 7,5 pontos (ou 10,6%) acima do resultado de 2022. O índice foi superior à média nacional de 72,5 pontos e fez com que a empresa subisse duas posições no ranking da categoria, passando a ocupar o 5º lugar.

Fornecimento de energia: a CPFL Santa Cruz desenvolve iniciativas para aprimorar a gestão operacional e a logística de serviços de rede. Também realiza um programa intenso de inspeções e manutenções preventivas dos ativos elétricos. Em 2023, o DEC, que mede a duração equivalente de interrupção por cliente, foi de 5,04 horas e o FEC, que mede a frequência equivalente de interrupção por cliente, foi de 3,22 vezes, entre os menores do setor.

4. Desempenho econômico-financeiro

Receita operacional: a receita operacional bruta foi de R\$ 2.253 milhões em 2023, representando um crescimento de 10,0% (R\$ 205 milhões), decorrente dos seguintes aumentos: (i) de 21,9% (R\$ 79 milhões) em outras receitas; (ii) de 687,1% (R\$ 69 milhões) no ativo e passivo financeiro setorial; (iii) de 29,5% (R\$ 61 milhões) na receita com construção de infraestrutura; (iv) de 1,2% (R\$ 16 milhões) no fornecimento de energia elétrica; e (v) de 11,7% (R\$ 1 milhão) no ativo financeiro da concessão; parcialmente compensados pela redução de 30,6% (R\$ 21 milhões) no suprimento de energia elétrica.

As deduções da receita operacional foram de R\$ 712 milhões em 2023, representando um aumento de 15,7% (R\$ 97 milhões). A receita operacional líquida foi de R\$ 1.541 milhões no ano, registrando um aumento de 7,6% (R\$ 109 milhões).

Geração operacional de caixa (EBITDA): em 2023, o EBITDA foi de R\$ 308 milhões, representando um aumento de 6,6% (R\$ 19 milhões), devido ao crescimento de 7,6% (R\$ 109 milhões) na receita operacional líquida. Esta variação foi parcialmente compensada pelos seguintes aumentos: (i) de 29,5% (R\$ 61 milhões) nos custos com construção de infraestrutura, que tem contrapartida na receita líquida em igual valor; (ii) de 14,2% (R\$ 25 milhões) no PMSO (despesas com pessoal, material, serviços de terceiros, outros custos/despesas operacionais e entidade de previdência privada). A variação no PMSO deve-se aos seguintes fatores:

- ✓ Aumento de 22,1% (R\$ 15 milhões) nas despesas com pessoal;
- ✓ Redução de 1,8% (R\$ 307 mil) nas despesas com material;
- ✓ Aumento de 12,3% (R\$ 7 milhões) nas despesas com serviços de terceiros;
- ✓ Aumento de 9,6% (R\$ 3 milhões) em outros custos/despesas operacionais.

E por fim, o (iii) aumento de 0,6% (R\$ 4 milhões) no custo com energia elétrica.

| Conciliação do Lucro Líquido e EBITDA | | |
|--|----------------|----------------|
| | 2023 | 2022 |
| Lucro Líquido | 102.347 | 103.407 |
| Amortização | 71.877 | 68.613 |
| Resultado Financeiro | 91.271 | 68.184 |
| Contribuição Social | 11.497 | 13.165 |
| Imposto de Renda | 31.424 | 36.037 |
| EBITDA | 308.416 | 289.406 |

*Conforme Resolução CVM nº 156/22.

Lucro líquido: a CPFL Santa Cruz apurou lucro líquido de R\$ 102 milhões em 2023, representando uma redução de 1,0% (R\$ 1.060 milhões), refletindo os aumentos de 33,9% (R\$ 23 milhões) nas despesas financeiras líquidas e de 4,8% (R\$ 3 milhões) na amortização. Esses efeitos foram parcialmente compensados pelas seguintes variações: (i) aumento de 6,6% (R\$ 19 milhões) no EBITDA; e (ii) redução de 12,8% (R\$ 6 milhões) no imposto de renda e contribuição social.

Endividamento: no final de 2023, a dívida financeira (incluindo derivativos) da CPFL Santa Cruz atingiu R\$ 1.127 milhões, representando um aumento de 19,5%.

5. Investimentos

No ano, foram investidos R\$ 271 milhões na ampliação, manutenção, melhoria, automação, modernização e reforço do sistema elétrico para atendimento ao crescimento de mercado e melhoria de eficiência e qualidade, em infraestrutura operacional, nos serviços de atendimento aos clientes e em programas de pesquisa e desenvolvimento, entre outros.

6. Aspectos ESG (ambientais, sociais e de governança)

A CPFL Santa Cruz desenvolve iniciativas que buscam gerar valor para a empresa e os públicos de relacionamento, de forma a garantir competitividade, com excelência nas operações, e contribuir com o desenvolvimento sustentável das áreas de abrangência. Alinhada ao Plano Estratégico do Grupo CPFL, a estratégia de sustentabilidade/ESG é incorporada aos processos decisórios, ações e investimentos, conforme destaques a seguir.

Plano ESG 2030: aprovado em novembro de 2022 como uma evolução do Plano de Sustentabilidade 2020-2024, traz diretrizes e estratégias organizadas em quatro pilares: Soluções renováveis e inteligentes, Operações sustentáveis, Valor compartilhado com a sociedade e Atuação segura e confiável. O plano se desdobra em 23 compromissos públicos norteados pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas, tendo sido revisado os compromissos 2, 4, 6, 9, 14 em janeiro de 2024. Mais informações em: <https://ri.cpfl.com.br/> > Estratégia de Sustentabilidade > Plano ESG 2030.

Monitoramento dos compromissos do Plano ESG 2030: ferramenta de gestão da performance em sustentabilidade sob a perspectiva dos principais públicos de relacionamento, com indicadores e metas alinhados ao Plano Estratégico e ao Plano ESG 2030.

Comitê de Sustentabilidade: instância da diretoria executiva responsável por monitorar a execução da estratégia ESG, avaliar e recomendar a inclusão de critérios e diretrizes de sustentabilidade em processos decisórios, monitorar tendências e temas críticos para a empresa.

Mudanças do Clima: estamos comprometidos com a transição para uma economia de baixo carbono e enfrentamos o desafio das mudanças climáticas com senso de urgência, responsabilidade e determinação. Mais informações em: <https://ri.cpfl.com.br/> > Estratégia de Sustentabilidade > Mudanças Climáticas.

Sistema de Gestão e Desenvolvimento da Ética (SGDE): o Programa de Integridade do Grupo CPFL formaliza o compromisso com os valores éticos que permeiam suas ações e negócios, sendo composto por 4 dimensões que visam seu aprimoramento contínuo e evidenciam o tom e a prática da alta administração: (i) desenvolvimento, orientação e revisão de normas, com destaque para o Código de Conduta Ética; (ii) treinamentos, ações de comunicação, campanhas de sensibilização e engajamento para públicos internos e externos; (iii) apuração de denúncias, diligências e outros processos de avaliação de riscos; e, (iv) monitoramento de indicadores, avaliações pelo Comitê de Ética e Conduta Empresarial (COMET) e reporte dos resultados do Programa de Integridade. O Programa conta, ainda, com um canal de ética gerido por uma empresa externa e independente, e um processo de apuração de registros éticos que garante o sigilo, anonimato e não retaliação do denunciante de boa fé. Dentre as ações executadas no decorrer de 2023, temos como principal destaque a manutenção da Certificação ISO 37001 – Sistema de Gestão Antissuborno que atesta o alto padrão de governança e transparência com que o Grupo CPFL conduz suas atividades. Além disso, enfatizamos a nota máxima no quesito Ética nos Negócios do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE B3); a revisão do Código de Conduta Ética para Fornecedores, bem como da Instrução do Programa de Integridade, e ainda; treinamentos sobre temas do Programa de Integridade para colaboradores e fornecedores, a aplicação do formulário de conflito de interesses para especialistas, coordenadores e cargos gerenciais e acima, a disponibilização do primeiro Game de

Integridade e 12 Conversas Mensais de Integridade, das quais destacamos os temas "Política Anticorrupção e fomento da cultura de integridade", "Assédio moral e tratamento desrespeitoso", "Assédio sexual e importunação sexual", e "Código de Conduta Ética para fornecedores", dentre outras ações de comunicação; além de apurações de denúncias, avaliações de riscos e emissão de pareceres de *due diligence* e *background check*.

Relacionamento com a comunidade: entre as ações que visam contribuir para o desenvolvimento das comunidades em que a CPFL Jaguari atua, em 2023 destacam-se: **(i) CPFL Jovem Geração:** foram executados projetos de transformação social através da cultura e esporte, por meio de projetos voltados para a redução dos níveis de vulnerabilidade social, beneficiando cerca de 660 crianças e jovens das comunidades parceiras do grupo; **(ii) CPFL Intercâmbio Brasil-China (programação presencial e digital – alcance nacional):** foram executados projetos que visam as trocas culturais, fortalecendo os diálogos entre os dois países. Ao todo, a frente atingiu 813 mil espectadores; **(iii) Circuito CPFL:** através da frente Circuito CPFL, levamos cinema movido a energia solar, alcançando mais de 890 espectadores; **(iv) Café Filosófico CPFL (programação digital – alcance nacional):** realizamos 33 gravações em nosso estúdio e 2 gravações especiais comemorativas, uma em Porto Alegre e outra em Campinas. Ao todo, ao longo de 2023, foram 154 exibições dos programas Café e Café Expresso na TV Cultura e no Youtube; **(v) Voluntariado:** o programa atendeu 1 ONG ao longo do ano; e **(vi) Eficiência Energética (0,5% da ROL):** em 2023 foram investidos mais de R\$ 1,8 milhões em projetos de eficiência energética, dos quais destacam-se: (a) R\$ 146 mil em projetos de Iluminação Pública, que proporcionaram a substituição de 140 pontos de Iluminação por LED; (b) R\$ 74 mil em projetos destinados a consumidores de baixo poder aquisitivo; (c) R\$ 1,5 milhões no Programa de Hospitais, que está implementando Sistemas de Geração Fotovoltaica e realizando a Substituição de lâmpadas por LED em Hospitais Públicos e Filantrópicos.

Gestão de Recursos Humanos: em 2023, treinamos 192 colaboradores da base ativa. Foram 701 mil horas treinadas. Também foram realizados treinamentos para a comunidade, com Escolas para formação de eletricitistas ao longo do ano, foram 4 turmas, 58 participantes, 39 aprovados e 23 contratados.

Rede de Valor: em 2023, foram realizados 3 encontros da Rede de Valor, todos em formato online. Eles contaram com a participação de 98 parceiros e abordaram os seguintes temas: Cenário Macroeconômico, Planejamento Estratégico CPFL, Plano ESG 2030, Sustentabilidade na Cadeia de Suprimentos, Diversidade e Inclusão e Segurança do Trabalho.

7. Auditores Independentes

A PriceWaterHouseCoopers Auditores Independentes ("PwC") foi contratada pela CPFL Santa Cruz para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia.

Referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a PwC prestou, além dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras societárias e regulatórias, e de revisão das informações intermediárias, os seguintes serviços:

Natureza

Asseguração de *covenants* financeiros

Serviços de *compliance* tributário - Escrituração Contábil-Fiscal (ECF)

Licença de software e prestação de serviços de suporte técnico

A contratação dos auditores independentes, conforme estatuto social, é recomendada pelo Conselho Fiscal da controladora CPFL Energia e compete ao Conselho de Administração deliberar sobre a seleção ou destituição dos auditores independentes.

Em linha com o previsto pela Resolução CVM 162/22, a administração possui políticas e controles que tratam, dentre outros assuntos, sobre o porte da empresa de auditoria a ser contratada para fins de auditoria das demonstrações financeiras e sobre as regras de contratação de fornecedores para serviços de auditoria e "extra-auditoria". Tal política, dentre outros motivos, tem como objetivo evitar a existência de conflitos de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes. Ademais, a PwC declarou à Administração que, em razão do escopo e dos processos executados, a prestação dos serviços supramencionados não afeta a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa.

8. Agradecimentos

A Administração da CPFL Santa Cruz agradece aos seus acionistas, clientes, fornecedores e comunidades de sua área de atuação, pela confiança depositada na companhia no ano de 2023. Agradece, ainda, de forma especial, aos seus colaboradores pela competência e dedicação para o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos.

A Administração.

Para mais informações sobre o desempenho desta e de outras empresas do Grupo CPFL Energia, acesse o endereço www.cpfl.com.br/ri.

COMPANHIA JAGUARI DE ENERGIA
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

| ATIVO | Nota explicativa | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|--|-----------------------------|-------------------|-------------------|
| Circulante | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 5 | 70.311 | 75.219 |
| Títulos e valores mobiliários | 6 | 17.935 | - |
| Consumidores, concessionárias e permissionárias | 7 | 243.760 | 183.856 |
| Imposto de renda e contribuição social a compensar | 8 | - | 1.856 |
| Outros tributos a compensar | 8 | 21.290 | 19.644 |
| PIS/COFINS a compensar sobre ICMS | 8.1 | 122.674 | 60.190 |
| Derivativos | 30 | 1.701 | - |
| Ativo financeiro setorial | 9 | 9.970 | 4.415 |
| Estoques | | 4.083 | 4.719 |
| Outros ativos | 12 | 46.741 | 50.128 |
| Total do circulante | | 538.465 | 400.028 |
| Não circulante | | | |
| Consumidores, concessionárias e permissionárias | 7 | 12.993 | 14.828 |
| Depósitos judiciais | 19 | 18.759 | 24.358 |
| Outros tributos a compensar | 8 | 25.104 | 22.377 |
| PIS/COFINS a compensar sobre ICMS | 8.1 | 24.632 | 138.113 |
| Ativo financeiro setorial | 9 | 2.879 | - |
| Derivativos | 30 | 3.438 | 14.317 |
| Créditos fiscais diferidos | 10 | 14.472 | - |
| Ativo financeiro da concessão | 11 | 183.111 | 140.488 |
| Outros ativos | 12 | 2.197 | 953 |
| Ativo contratual | 13 | 244.166 | 139.496 |
| Intangível | 14 | 1.079.632 | 1.030.726 |
| Total do não circulante | | 1.611.381 | 1.525.655 |
| Total do ativo | | 2.149.846 | 1.925.683 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA JAGUARI DE ENERGIA
Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

| PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | Nota | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|--|--------------------|-------------------|-------------------|
| | explicativa | | |
| Circulante | | | |
| Fornecedores | 15 | 147.129 | 125.368 |
| Empréstimos e financiamentos | 16 | 88.521 | 77.398 |
| Debêntures | 17 | 95.980 | 97.434 |
| Taxas regulamentares | | 5.665 | 2.189 |
| Imposto de renda e contribuição social a recolher | 18 | 25.508 | 959 |
| Outros impostos, taxas e contribuições a recolher | 18 | 37.822 | 20.509 |
| Dividendo e juros sobre capital próprio | 27 | 12.920 | 25.852 |
| Obrigações estimadas com pessoal | | 6.162 | 5.432 |
| Passivo financeiro setorial | 9 | 20.919 | 32.681 |
| PIS/COFINS devolução consumidores | 8.1 | 106.358 | 55.308 |
| Outras contas a pagar | 20 | 45.790 | 58.748 |
| Total do circulante | | 592.773 | 501.877 |
| Não circulante | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 16 | 884.749 | 658.204 |
| Debêntures | 17 | - | 94.975 |
| Imposto de renda e contribuição social a recolher | 18 | 7.229 | 7.059 |
| Débitos fiscais diferidos | 10 | - | 4.986 |
| Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas | 19 | 32.704 | 30.608 |
| Derivativos | 30 | 62.912 | 29.726 |
| Passivo financeiro setorial | 9 | 3.420 | 15.530 |
| PIS/COFINS devolução consumidores | 8.1 | 41.988 | 132.452 |
| Outras contas a pagar | 20 | 9.482 | 8.023 |
| Total do não circulante | | 1.042.483 | 981.563 |
| Patrimônio líquido | 21 | | |
| Capital social | | 218.756 | 170.413 |
| Reserva de capital | | 486 | 501 |
| Reserva legal | | 5.117 | 34.083 |
| Reserva de lucros a realizar | | 8.954 | 4.230 |
| Reserva estatutária - reforço de capital de giro | | 247.457 | 233.016 |
| Outras destinações | | 33.820 | - |
| Total do patrimônio líquido | | 514.590 | 442.243 |
| Total do passivo e do patrimônio líquido | | 2.149.846 | 1.925.683 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA JAGUARI DE ENERGIA
Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

| | Nota explicativa | 2023 | 2022 |
|---|---------------------|-----------------------|-----------------------|
| Receita operacional líquida | 23 | 1.540.552 | 1.432.031 |
| Custo do serviço | | | |
| Custo com energia elétrica | 24 | (769.078) | (764.607) |
| Custo com operação | | <u>(156.159)</u> | <u>(145.922)</u> |
| Amortização | | (66.690) | (62.560) |
| Outros custos com operação | 25 | (89.470) | (83.362) |
| Custo do serviço prestado a terceiros | 25 | <u>(265.806)</u> | <u>(205.206)</u> |
| Lucro operacional bruto | | <u>349.509</u> | <u>316.296</u> |
| Despesas operacionais | | | |
| Despesas com vendas | | <u>(33.902)</u> | <u>(37.199)</u> |
| Amortização | | (194) | (208) |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | 7 | (6.019) | (10.635) |
| Outras despesas com vendas | 25 | (27.688) | (26.356) |
| Despesas gerais e administrativas | | <u>(69.424)</u> | <u>(49.918)</u> |
| Amortização | | (4.992) | (5.845) |
| Outras despesas gerais e administrativas | 25 | (64.432) | (44.073) |
| Outras despesas operacionais | | <u>(9.644)</u> | <u>(8.386)</u> |
| Outras despesas operacionais | 25 | (9.644) | (8.386) |
| Resultado do serviço | | 236.539 | 220.794 |
| Resultado financeiro | 26 | | |
| Receitas financeiras | | 51.249 | 62.110 |
| Despesas financeiras | | <u>(142.520)</u> | <u>(130.295)</u> |
| | | (91.271) | (68.184) |
| Lucro antes dos tributos | | 145.268 | 152.609 |
| Contribuição social | 10 | (11.497) | (13.165) |
| Imposto de renda | 10 | <u>(31.424)</u> | <u>(36.037)</u> |
| | | (42.921) | (49.202) |
| Lucro líquido do exercício | | <u>102.347</u> | <u>103.407</u> |
| Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações ordinárias - R\$ | | 285,04 | 288,00 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA JAGUARI DE ENERGIA

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

| | <u>2023</u> | <u>2022</u> |
|--|-----------------------|-----------------------|
| Lucro líquido do exercício | 102.347 | 103.407 |
| Outros resultados abrangentes | - | (177) |
| Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado: | | |
| Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquidos dos efeitos tributários | - | (177) |
| Resultado abrangente do exercício | <u>102.347</u> | <u>103.230</u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA JAGUARI DE ENERGIA
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

| | Reserva de lucros | | | | | | | | | |
|---|-------------------|--------------------|---------------|--|------------------------------|-----------|--------------------|--------------------------------|-------------------|----------|
| | Capital social | Reserva de capital | Reserva legal | Reserva estatutária - reforço de capital de giro | Reserva de lucros a realizar | Dividendo | Outras destinações | Resultado abrangente acumulado | Lucros acumulados | Total |
| Saldos em 31 de dezembro de 2021 | 170.413 | 494 | 34.083 | 162.697 | - | 64.494 | - | 177 | - | 432.359 |
| Resultado abrangente total | | | | | | | | | | |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | - | - | - | - | 103.407 | 103.407 |
| Outros resultados abrangentes: risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquidos dos efeitos tributários | - | - | - | - | - | - | - | (177) | - | (177) |
| Mutações internas do patrimônio líquido | | | | | | | | | | |
| Constituição de reserva de capital de giro | - | - | - | 70.320 | - | - | - | - | (70.320) | - |
| Constituição de reserva de lucros a realizar | - | - | - | - | 4.230 | - | - | - | (4.230) | - |
| Realização da correção monetária especial - Lei nº 8.200/91 | - | 6 | - | - | - | - | - | - | (6) | - |
| Transações de capital com os acionistas | | | | | | | | | | |
| Juros sobre o capital próprio - AGE de 30/12/2022 | - | - | - | - | - | - | - | - | (20.000) | (20.000) |
| Dividendo mínimo obrigatório | - | - | - | - | - | - | - | - | (8.852) | (8.852) |
| Dividendo adicional proposto | - | - | - | - | - | (64.494) | - | - | - | (64.494) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2022 | 170.413 | 501 | 34.083 | 233.016 | 4.230 | - | - | - | - | 442.243 |
| Resultado abrangente total | | | | | | | | | | |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | - | - | - | - | 102.347 | 102.347 |
| Mutações internas do patrimônio líquido | | | | | | | | | | |
| Aumento de capital | 48.343 | - | (34.083) | (14.260) | - | - | - | - | - | - |
| Constituição da reserva legal | - | - | 5.117 | - | - | - | - | - | (5.117) | - |
| Constituição de reserva de capital de giro | - | - | - | 28.701 | - | - | - | - | (28.701) | - |
| Proposta de aumento de capital | - | - | - | - | - | - | 33.820 | - | (33.820) | - |
| Constituição de reserva de lucros a realizar | - | - | - | - | 4.724 | - | - | - | (4.724) | - |
| Realização da correção monetária especial - Lei nº 8.200/91 | - | (15) | - | - | - | - | - | - | 15 | - |
| Transações de capital com os acionistas | | | | | | | | | | |
| Juros sobre o capital próprio - AGE de 31/03/2023, 30/06/2023, 29/09/2023 e 29/12/2023 | - | - | - | - | - | - | - | - | (30.000) | (30.000) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2023 | 218.756 | 486 | 5.117 | 247.457 | 8.954 | - | 33.820 | - | - | 514.590 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA JAGUARI DE ENERGIA
Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

| | <u>31/12/2023</u> | <u>31/12/2022</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| Lucro antes dos tributos | 145.268 | 152.609 |
| Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais | | |
| Amortização | 71.876 | 68.613 |
| Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas | 10.071 | 7.866 |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | 6.019 | 10.635 |
| Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais | 120.141 | 92.647 |
| Perda (ganho) na baixa de não circulante | 9.097 | 8.091 |
| | <u>362.472</u> | <u>340.461</u> |
| Redução (aumento) nos ativos operacionais | | |
| Consumidores, concessionárias e permissionárias | (64.160) | 40.388 |
| Tributos a compensar | 59.274 | 59.961 |
| Depósitos judiciais | 7.067 | (442) |
| Ativo financeiro setorial | (7.410) | 44.297 |
| Contas a receber - CDE | (5.911) | 657 |
| Outros ativos operacionais | 10.178 | (2.004) |
| Aumento (redução) nos passivos operacionais | | |
| Fornecedores | 21.761 | (45.638) |
| Outros tributos e contribuições sociais | 12.817 | (23.634) |
| Taxas regulamentares | 3.476 | 18 |
| Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos | (12.426) | (10.728) |
| Passivo financeiro setorial | (71.441) | 25.367 |
| Contas a pagar - CDE | 37 | (3.578) |
| Outros passivos operacionais | (9.657) | 10.955 |
| Caixa líquido gerado (consumido) pelas operações | <u>306.077</u> | <u>436.080</u> |
| Encargos de dívidas e debêntures pagos | (50.124) | (48.142) |
| Imposto de renda e contribuição social pagos | (37.947) | (71.636) |
| Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais | <u>218.006</u> | <u>316.302</u> |
| Atividades de investimento | | |
| Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados - aplicações | (61.375) | (37.147) |
| Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados - resgates | 44.176 | 34.431 |
| Adições de ativo contratual | (270.682) | (215.628) |
| Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimento | <u>(287.881)</u> | <u>(218.344)</u> |
| Atividades de financiamento | | |
| Captação de empréstimos e debêntures | 313.613 | 137.945 |
| Amortização de principal de empréstimos e debêntures | (170.509) | (176.135) |
| Liquidação de operações com derivativos | (39.705) | (5.345) |
| Dividendo e juros sobre o capital próprio pagos | (38.432) | (70.208) |
| Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento | <u>64.967</u> | <u>(113.743)</u> |
| Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa | <u>(4.908)</u> | <u>(15.785)</u> |
| Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa | <u>75.219</u> | <u>91.005</u> |
| Saldo final de caixa e equivalentes de caixa | <u>70.311</u> | <u>75.219</u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA JAGUARI DE ENERGIA

Demonstrações do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

| | <u>2023</u> | <u>2022</u> |
|--|--------------------|--------------------|
| 1 - Receita | 2.246.724 | 2.036.762 |
| 1.1 Receita de venda de energia e serviços | 1.987.341 | 1.842.509 |
| 1.2 Receita relativa à construção da infraestrutura de concessão | 265.403 | 204.888 |
| 1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa | (6.019) | (10.635) |
| 2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros | (1.235.780) | (1.158.624) |
| 2.1 Custo com energia elétrica | (861.172) | (856.245) |
| 2.2 Material | (186.288) | (153.180) |
| 2.3 Serviços de terceiros | (148.199) | (115.998) |
| 2.4 Outros | (40.120) | (33.202) |
| 3 - Valor adicionado bruto (1+2) | 1.010.945 | 878.138 |
| 4 - Retenções | (72.129) | (68.886) |
| 4.1 Amortização | (72.129) | (68.886) |
| 5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4) | 938.815 | 809.252 |
| 6 - Valor adicionado recebido em transferência | 52.787 | 65.139 |
| 6.1 Receitas financeiras | 52.787 | 65.139 |
| 7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6) | 991.603 | 874.391 |
| 8 - Distribuição do valor adicionado | | |
| 8.1 Pessoal e encargos | 76.358 | 63.260 |
| 8.1.1 Remuneração direta | 48.964 | 40.133 |
| 8.1.2 Benefícios | 24.767 | 20.781 |
| 8.1.3 F.G.T.S | 2.627 | 2.347 |
| 8.2 Impostos, taxas e contribuições | 666.478 | 575.727 |
| 8.2.1 Federais | 425.472 | 372.743 |
| 8.2.2 Estaduais | 240.708 | 202.446 |
| 8.2.3 Municipais | 298 | 538 |
| 8.3 Remuneração de capital de terceiros | 146.419 | 131.996 |
| 8.3.1 Juros | 145.407 | 131.702 |
| 8.3.2 Aluguéis | 1.012 | 293 |
| 8.4 Remuneração de capital próprio | 102.347 | 103.407 |
| 8.4.1 Juros sobre capital próprio (incluindo adicional proposto) | 30.000 | 20.000 |
| 8.4.2 Dividendo (incluindo adicional proposto) | - | 8.852 |
| 8.4.3 Lucros retidos | 72.347 | 74.555 |
| | 991.603 | 874.391 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA JAGUARI DE ENERGIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Jaguari de Energia (com nome fantasia “CPFL Santa Cruz” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social a prestação de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, em qualquer de suas formas, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Adicionalmente, a Companhia está autorizada a participar de programas que visem outras formas de energia, de tecnologias e de serviços, inclusive exploração de atividades derivadas, direta ou indiretamente, da utilização dos bens, direitos e tecnologias de que é detentora.

A sede social da Companhia está localizada à Rua Vigato, nº 1620, 1º andar, sala 03, Jaguariúna, São Paulo, CEP 13.820-000.

A Companhia detém a concessão para exploração de suas atividades pelo prazo de 30 anos até 7 de julho de 2045.

A área de concessão da Companhia contempla 45 municípios, sendo 39 no interior do Estado de São Paulo, 3 no norte do Estado do Paraná e 3 no sul do Estado de Minas Gerais, atendendo a aproximadamente 504 mil consumidores, entre os principais municípios estão Itapetininga, Jaguariúna, Mococa, Ourinhos e São José do Rio Pardo.

1.1 Mudanças climáticas

Como posicionamento frente às Mudanças climáticas, a Companhia declara seu compromisso com os objetivos do Acordo de Paris e com a necessidade de limitar o aumento da temperatura média global em 1,5°C, com a consequente redução e neutralização das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE).

Anualmente, a Companhia realiza o Inventário de Emissões de GEE com base na metodologia GHC Protocol. Faz as medições e divulgação dos três escopos do inventário, sendo eles:

- Escopo 1: Emissões diretas que pertencem ou são controladas pela companhia
- Escopo 2: Emissões indiretas relacionadas a compra de energia elétrica e a perdas técnicas de distribuição e transmissão de energia
- Escopo 3: Emissões indiretas relacionadas à cadeia de valor

A Companhia considera em sua estratégia o Plano ESG 2030 (*Environmental, Social and Governance*), o qual demonstra as diretrizes de atuação para todos os negócios e orienta a realização de investimentos alinhados às tendências globais para o desenvolvimento sustentável. A estrutura do plano considera três compromissos principais relacionados à descarbonização das operações: (i) Ser carbono neutro a partir de 2025¹, reduzindo 56% das emissões dos escopos 1, 2 e 3 até 2030; e (ii) Oferecer soluções de baixo carbono para nossos clientes, com metas anuais de receitas de IRECs (certificados internacionais de energia renovável) e de créditos de carbono.

Na publicação “Nossa jornada contra as mudanças climáticas” a CPFL divulga suas estratégias, os riscos e oportunidades para a Companhia, de acordo com a metodologia *Task Force for Climate-related Financial Disclosures* – TCFD (Força-Tarefa sobre Divulgações Financeiras Relacionadas ao Clima).

¹ Neutralização em 2026 referente ao Inventário de GEE 2025.

1.2 Capital circulante líquido negativo

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou nas demonstrações financeiras, o capital circulante líquido negativo de R\$ 54.308 (R\$ 101.849 em 31 de dezembro de 2022), sendo que, caso necessário, potenciais aprovações de financiamento serão realizadas. A Companhia tempestivamente monitora o capital circulante líquido e sua geração de caixa, bem como as projeções de lucros suportam e viabilizam o plano de redução deste capital circulante líquido.

(2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

As demonstrações contábeis regulatórias estarão disponíveis no site da ANEEL (“www.aneel.gov.br”) e da Companhia (“www.cpf.com.br”) a partir da data estabelecida pelo Órgão Regulador.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 23 de fevereiro de 2024.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens materiais, que são mensurados a cada data de reporte e registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 30 de Instrumentos Financeiros.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis podem divergir dos respectivos resultados reais.

Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material, caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes, são:

- Nota 7 – Consumidores, concessionárias e permissionárias: provisão para créditos de liquidação duvidosa, sendo as principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada e premissas para mensuração do fornecimento e Tarifa de uso do sistema de distribuição (“TUSD”) não faturados;

- Nota 9 – Ativo e passivo financeiro setorial: critérios regulatórios e premissas sobre determinados itens;
- Nota 10 – Créditos e débitos fiscais diferidos: reconhecimento de ativos, disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- Nota 11 – Ativo financeiro da concessão: premissas para determinação do valor justo com base em dados não observáveis significativos (nota 30);
- Nota 12 – Outros ativos: provisão para créditos de liquidação duvidosa, sendo as principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada;
- Nota 14 – Intangível: principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- Nota 16 – Empréstimos e financiamentos: principais premissas para determinação do valor justo;
- Nota 17 – Debêntures: principais premissas para determinação do valor justo;
- Nota 18 – Impostos, taxas e contribuições a recolher: incertezas sobre os tributos sobre o lucro;
- Nota 19 – Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais: reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e
- Nota 30 – Instrumentos Financeiros – derivativos: principais premissas para determinação do valor justo.

Adicionalmente a Administração exerce julgamentos significativos na determinação das premissas utilizadas na mensuração do passivo de arrendamento, como a determinação do prazo dos vários contratos de arrendamentos, das taxas de desconto, da determinação dos contratos que estão no escopo da norma e, dos impactos que eventuais alterações nas premissas associadas aos julgamentos e estimativas adotados pela Companhia.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados, quando somados, podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

2.5 Segmento operacional

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica, na prestação de serviços de distribuição e disponibilidade de energia elétrica, e sua demonstração de resultado reflete essa atividade. Consequentemente, a Companhia concluiu que a sua demonstração de resultados e as demais informações constantes nestas notas explicativas, apresentam as informações requeridas sobre seu único segmento operacional.

2.6 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (“DVA”) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil conforme requerido para as companhias de capital aberto.

(3) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados.

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa podem incluir saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia.

Caixa e equivalentes de caixa compreendem os saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo no momento de sua liquidação e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

A determinação da composição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia tem como objetivo a manutenção de caixa suficiente que assegure a continuidade dos investimentos e o cumprimento das obrigações de curto e longo prazo, mantendo o retorno de sua estrutura de capital a níveis adequados, visando à continuidade dos seus negócios e o aumento de valor para os acionistas.

3.2 Contratos de concessão

O ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão estabelece diretrizes gerais para o reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados em contratos de concessão e são aplicáveis para situações em que o Poder Concedente controle ou regulamente quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e por qual preço e controle qualquer participação residual significativa na infraestrutura ao final do prazo da concessão.

Atendidas estas definições, a infraestrutura da Companhia é segregada e movimentada como ativo contratual desde a data de sua construção até a completa finalização das obras e melhorias, cumprindo as determinações existentes nos CPCs, de modo que, quando em operação, sejam reclassificados nas demonstrações financeiras de ativo contratual para as rubricas de (i) ativo intangível, correspondendo ao direito de explorar a concessão mediante cobrança aos usuários dos serviços públicos, e (ii) ativo financeiro, correspondendo ao direito contratual incondicional de recebimento de caixa (indenização), mediante reversão dos ativos ao término da concessão.

O valor do ativo financeiro da concessão é determinado com base em seu valor justo, apurado através da base de remuneração dos ativos da concessão, conforme legislação vigente estabelecida pelo órgão regulador (ANEEL), e leva em consideração as alterações no valor justo, tomando por base principalmente os fatores como valor novo de reposição e atualização pelo IPCA. O ativo financeiro enquadra-se na categoria valor justo por meio do resultado e as mudanças nos valores justos têm como contrapartida a conta de receita operacional (notas 4 e 23).

O montante remanescente é registrado no ativo intangível e corresponde ao direito de cobrar os consumidores pelos serviços de distribuição de energia elétrica, sendo sua amortização realizada de acordo com o padrão de consumo que reflita o benefício econômico esperado até o término da concessão.

A prestação de serviços de construção da infraestrutura é registrada de acordo com o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, tendo como contrapartida um ativo financeiro correspondendo aos valores passíveis de indenização, e os montantes residuais são classificados como ativo intangível que serão amortizados pelo prazo da concessão de acordo com o padrão econômico que contrapõe a receita cobrada pelo consumo de energia elétrica.

Em função (i) do modelo tarifário, que não prevê margem de lucro para a atividade de construção da infraestrutura, (ii) da forma como a Companhia gerencia as construções, através do alto grau de terceirização, e (iii) de não existir qualquer previsão de ganhos em construções nos planos de negócio da Companhia, a Administração julga que as margens existentes nesta operação são irrelevantes e, portanto, nenhum valor adicional ao custo é considerado na composição da receita. Desta forma, as receitas e os respectivos custos de construção estão sendo apresentados na demonstração do resultado do exercício nos mesmos montantes.

3.3 Instrumentos financeiros

- Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR): esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado: estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes, com exceção dos rendimentos de juros calculados utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment que devem ser reconhecidos no resultado. No momento do desreconhecimento, o efeito acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado. A Companhia não detém ativos financeiros desta classificação.

Instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Todas as variações são reconhecidas em outros resultados abrangentes e nunca serão reclassificadas para o resultado. A Companhia não detém ativos financeiros desta classificação.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Custo amortizado: Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes, sendo essa escolha feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (nota 30). No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro não derivativo que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem

as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas.

Eles incluem a questão de saber se:

- a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

- Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

- (i) Mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou (iii) derivativos. Estes passivos são registrados pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e, qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo, é registrada contra outros resultados abrangentes.
- (ii) Mensurados ao custo amortizado: são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota 30.

- Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários.

3.4 Intangível e Ativo contratual

Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos como direito de exploração de concessões, *softwares* e servidão de passagem.

O ativo intangível que corresponde ao direito de exploração de concessões é originado dos investimentos na infraestrutura (aplicação do ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão) em serviço em função do contrato de concessão de distribuição de energia elétrica firmado pela Companhia, o ativo intangível registrado corresponde ao direito que a Companhia possui de cobrar os usuários pelo uso da infraestrutura da concessão. Uma vez que o prazo para exploração é definido contratualmente, este ativo intangível, de vida útil definida, é amortizado pelo prazo de concessão, de acordo com uma curva que reflita o padrão de consumo em relação aos benefícios econômicos esperados. Para mais informações vide nota 3.2.

Os bens e instalações utilizados nas atividades de distribuição são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, doados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL. A ANEEL, através da Resolução nº 20 de 3 de fevereiro de 1999, alterada pela Resolução Normativa (“REN”) nº 691 de 8 de dezembro de 2015, dispensa as concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica de prévia anuência para desvinculação de bens considerados inservíveis à concessão, sendo o produto da alienação depositado em conta bancária vinculada para aplicação dos recursos na aquisição de novos bens vinculados aos serviços de energia elétrica.

Os ativos de infraestrutura da concessão em curso da Companhia foram classificados como ativos de contrato durante o período de construção ou de melhoria de acordo com os critérios do CPC 47.

3.5 Redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

- Ativos financeiros

A Companhia avalia a evidência de perda de valor para determinados recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo para todos os títulos significativos. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: (i) ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; (ii) investimentos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável; e (iii) ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda esperada, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera uma abordagem simplificada de avaliação da inadimplência baseada em mensurar a perda esperada de um ativo financeiro equivalente às perdas de crédito esperadas para toda a vida de um ativo, contemplando informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera um ativo financeiro como em *default* quando o devedor não cumpriu com sua obrigação contratual de pagamento e é pouco provável que quite suas obrigações.

A Companhia utiliza uma matriz de provisões para a definição de um percentual de perda baseado em suas taxas de inadimplência historicamente observadas ao longo da vida estimada

do contas a receber de clientes para estimar as perdas de créditos esperadas para toda a vida do ativo, onde o histórico de perdas é ajustado para considerar efeitos das condições atuais e suas previsões de condições futuras que não afetaram o período em que se baseiam os dados históricos.

A metodologia desenvolvida pela Companhia resultou em um percentual de perda esperada para os títulos de consumidores, concessionárias e permissionárias que está aderente com o CPC 48 descrita como perda de crédito esperada (*Expected Credit Losses*), contemplando em um único percentual da probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla a chance de perda ("PD" - *Probability of Default*), exposição financeira no momento do não cumprimento ("EAD" - *Exposure At Default*) e a perda dada pela inadimplência ("LGD" - *Loss Given Default*).

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável, estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

As perdas por *impairment* relacionadas a consumidores, concessionárias e permissionárias reconhecidas em ativos financeiros e outros recebíveis, incluindo ativos contratuais, são registradas no resultado do exercício.

- Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros sujeitos à amortização são submetidos ao teste de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

O valor da perda corresponderá ao excesso do valor contábil comparado ao valor recuperável do ativo, representado pelo maior valor entre (i) o seu valor justo, líquido dos custos de venda do bem, ou (ii) o seu valor em uso.

Os ativos (ex: intangível de concessão e outros intangíveis) são segregados e agrupados nos menores níveis existentes para os quais existam fluxos de caixa identificáveis (Unidade Geradora de Caixa – "UGC"). Caso seja identificada uma perda ao valor recuperável, a respectiva perda é registrada na demonstração do resultado. Em período subsequente, também é realizada uma análise para possível reversão do *impairment*.

3.6 Provisões

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável (mais provável que sim do que não) a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

3.7 Dividendo e juros sobre capital próprio

De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado quando previsto no Estatuto Social. Apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado, já o dividendo declarado ainda

não aprovado, só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, os montantes excedentes ao dividendo mínimo obrigatório, conforme rege a Lei nº 6.404/76, são mantidos no patrimônio líquido, em conta de dividendo adicional proposto, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presentes na data das demonstrações financeiras.

Conforme definido no Estatuto Social da Companhia e em consonância com a legislação societária vigente, compete à Assembleia Geral a declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários, apurados através de balanço semestral. A declaração destes montantes na data base 30 de junho, quando houver, só é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia após a data de deliberação da Assembleia Geral.

Os juros sobre capital próprio recebem o mesmo tratamento do dividendo e também estão demonstrados na mutação do patrimônio líquido. O imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio é sempre contabilizado a débito no patrimônio líquido em contrapartida ao passivo no momento de sua deliberação, mesmo que ainda não aprovado, por atenderem o critério de obrigação no momento da proposição pela Administração.

3.8 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é fornecida. A Companhia efetua a leitura do consumo de seus clientes baseada em uma rotina de leitura (calendarização e rota de leitura) e fatura mensalmente o consumo de MWh baseada nas leituras realizadas para cada consumidor individual. Como resultado, uma parte da energia distribuída ao longo do mês não é faturada ao final de cada mês, e, conseqüentemente uma estimativa é desenvolvida pela Administração e registrada como “Não Faturado”. Essa estimativa de receita não faturada é calculada utilizando como base o volume total de energia da Companhia disponibilizada no mês e o índice anualizado de perdas técnicas e comerciais.

A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que a obrigação de desempenho é satisfeita no decorrer da prestação de serviço, regida por contrato de prestação de serviços entre as partes.

As receitas dos contratos de construção são reconhecidas com a satisfação da obrigação de desempenho ao longo do tempo, considerando o atendimento de um dos critérios abaixo:

- (a) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados pelo desempenho por parte da entidade à medida que a entidade efetiva o desempenho;
- (b) o desempenho por parte da entidade cria ou melhora o ativo (por exemplo, produtos em elaboração) que o cliente controla à medida que o ativo é criado ou melhorado;
- (c) o desempenho por parte da entidade não cria um ativo com uso alternativo para a entidade e a entidade possui direito executável (*enforcement*) ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente.

Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento da Companhia.

3.9 Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são

reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, nos quais já são reconhecidos a valores líquidos destes efeitos fiscais.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A Companhia registrou em suas demonstrações financeiras os efeitos dos créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporariamente indedutíveis, suportados por previsão de geração futura de bases tributáveis de imposto de renda e contribuição social.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados anualmente e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

3.10 Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível ao acionista controlador e a média ponderada das ações no respectivo exercício.

3.11 Subvenção governamental - CDE

As subvenções governamentais somente são reconhecidas quando houver razoável segurança de que esses montantes serão recebidos pela Companhia. São registradas no resultado dos exercícios nos quais a Companhia reconhece como receita os descontos concedidos relacionados à subvenção baixa renda, outros descontos tarifários, bem como os subsídios referente os valores recebidos para compensar a Companhia por despesas incorridas (Aporte CDE – baixa renda e demais subsídios tarifários nota 23.3).

As subvenções recebidas referentes à compensação de descontos concedidos têm a finalidade de oferecer suporte financeiro imediato nos termos do CPC 07.

As subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são registradas em uma base sistemática durante os períodos em que as despesas correlatas são incorridas, a menos que as condições para o recebimento da subvenção sejam atendidas após o reconhecimento das despesas relacionadas. Nesse caso, a subvenção é reconhecida quando se torna recebível.

3.12 Ativo e passivo financeiro setorial

Conforme modelo tarifário, as tarifas de energia elétrica da Companhia devem considerar uma receita capaz de garantir o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, estando a Companhia autorizada a cobrar de seus consumidores (após revisão e homologação pela ANEEL): (i) reajuste tarifário anual; e (ii) a cada cinco anos, de acordo com a concessão, a revisão periódica para efeito de recomposição de parte da Parcela B (custos gerenciáveis), e ajuste da Parcela A (custos não gerenciáveis).

A receita da Companhia é, basicamente, composta pela venda da energia elétrica e pela entrega (transporte) da mesma através do uso da infraestrutura (rede) de distribuição e é afetada pelo volume de energia entregue e pela tarifa. A tarifa de energia elétrica é composta por duas parcelas que refletem a composição da sua receita:

- **Parcela A (custos não gerenciáveis):** esta parcela deve ser neutra em relação ao desempenho da entidade, ou seja, os custos incorridos pela Companhia, classificáveis como Parcela A, são integralmente repassados ao consumidor ou suportados pelo Poder Concedente; e
- **Parcela B (custos gerenciáveis):** composta pelos gastos com investimento em infraestrutura, gastos com a operação e a manutenção e pela remuneração aos provedores de capital. Essa parcela é aquela que efetivamente afeta o desempenho da

entidade, pois possui risco intrínseco de negócios por não haver garantia de neutralidade tarifária para essa parte.

Esse mecanismo de definição de tarifa pode originar diferença temporal que decorre da diferença entre os custos previstos (Parcela A e outros componentes financeiros) e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber pela Companhia nos casos em que os custos previstos e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos previstos e incluídos na tarifa são superiores aos custos efetivamente incorridos.

3.13 Arrendamentos

Com a adoção do CPC 06 (R2) a Companhia passou a reconhecer um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de aluguéis que não foram pagos na data de transição, descontados usando a taxa incremental, uma taxa nominal fixa baseada no endividamento da Companhia.

O prazo do arrendamento equivale ao período mínimo não cancelável dos contratos e a Companhia não adiciona ao prazo do arrendamento os períodos cobertos por uma opção de renovação, exceto nos casos em que a Companhia esteja razoavelmente certa de que a opção de renovação será exercida. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento e, quando aplicável, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados de forma antecipada, custos diretos iniciais incorridos, estimativas de custo para desmontagem e remoção e incentivos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente amortizado pelo mesmo método de amortização aplicado para itens similares do ativo intangível de direito de concessão e, se aplicável, também será reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A Companhia remensura o passivo de arrendamento se houver uma alteração no prazo do arrendamento ou se houver alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração no índice ou na taxa utilizada para determinar esses pagamentos, reconhecendo o valor da remensuração do passivo de arrendamento como ajuste ao ativo de direito de uso.

3.14 Mudanças nas principais políticas contábeis

A partir de 1º de janeiro de 2023, a Companhia adotou as alterações ao CPC 32 de tributos sobre lucro, o qual, estabeleceu o reconhecimento de imposto diferido sobre transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributárias e dedutíveis, mas vale ressaltar que na Companhia, não houve impactos significativos com a adoção das alterações na norma. Também levou em consideração as mudanças ocorridas no CPC 23, considerando as mudanças introduzidas na definição de estimativas contábeis e os esclarecimentos a respeito da distinção de estimativas contábeis e políticas contábeis. Por fim, destaca-se também a adoção ocorrida no CPC 26 (R1) no que concerne a aplicação de julgamento de materialidade para as políticas contábeis, ao levar em consideração que as políticas contábeis materiais são aquelas que, em conjunto com outras informações das demonstrações contábeis, influenciem nas decisões dos principais usuários das demonstrações contábeis. Outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023, mas, assim como as destacadas acima, não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia.

3.15 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Novas normas e emendas às normas foram emitidas pela CVM e ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023. A Companhia não adotou essas alterações de forma antecipada na preparação destas demonstrações financeiras:

(a) Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes (CPC 26 (R1))

Em maio de 2022 a CVM aprovou as alterações ao CPC 26 (R1) para esclarecer os requisitos para a apresentação de passivos nas demonstrações financeiras. As alterações estabelecem

que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos da entidade existentes na data do balanço. Assim, para uma entidade classificar passivos como não circulantes, deve possuir o direito discricionário de refinanciamento da obrigação e de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço, por exemplo.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 e serão aplicáveis para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período.

(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

A Companhia determinou o valor justo como o valor pelo qual um ativo pode ser negociado, ou um passivo liquidado, entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si, com a ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação compulsória.

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 30) e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora.

O direito à indenização que será paga pela União no momento da reversão dos ativos da Companhia, ao final do seu prazo de concessão são classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado. A metodologia adotada para valorização a valor justo destes ativos tem como ponto de partida o processo de revisão tarifária da Companhia. Este processo, realizado a cada cinco anos consiste na avaliação ao valor novo de reposição da infraestrutura de distribuição, conforme critérios estabelecidos pelo órgão regulador ANEEL. Esta base de avaliação também é utilizada para estabelecer a tarifa que anualmente, até o momento do próximo processo de revisão tarifária, é reajustada tendo como parâmetro os principais índices de inflação.

Desta forma, no momento da revisão tarifária, cada concessionária ajusta a posição do ativo financeiro base para indenização aos valores homologados pelo órgão regulador e utiliza o IPCA como melhor estimativa para ajustar o valor original até o próximo processo de revisão tarifária.

(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

| | <u>31/12/2023</u> | <u>31/12/2022</u> |
|-----------------------------------|----------------------|----------------------|
| Saldos bancários | 11.039 | 5.152 |
| Aplicações financeiras | 59.272 | 70.068 |
| Aplicação de curtíssimo prazo (a) | 817 | - |
| Títulos de crédito privado (b) | 46.042 | 70.068 |
| Fundos de investimento (c) | 12.413 | - |
| Total | <u>70.311</u> | <u>75.219</u> |

- (a) Saldos bancários disponíveis em conta corrente que são remunerados diariamente através de aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (“CDB’s”) e remuneração de 15% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”).
- (b) Corresponde a operações de curto prazo em: (i) (“CDB’s”) no montante de R\$ 22.673 (R\$ 59.342 em 31 de dezembro de 2022), e (ii) operações compromissadas em debêntures R\$ 23.369 (R\$ 10.726 em 31 de dezembro de 2022). Todas estas operações possuem liquidez diária, vencimento de curto prazo e baixo risco de crédito e com remuneração equivalente, na média, a 101,89% do CDI (100,21% do CDI em 31 de dezembro de 2022).
- (c) Representa valores aplicados em fundos com alta liquidez e remuneração equivalente, na média de 100,38% do CDI, tendo como características aplicações pós-fixadas em CDI lastreadas em títulos públicos federais, CDB’s e operações compromissadas lastreadas em títulos de terceiros de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito e vencimento de curto prazo.

(6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

| | <u>31/12/2023</u> |
|------------------------------------|----------------------|
| Através de fundos de investimentos | 17.935 |
| Total | <u>17.935</u> |

Representa valores aplicados em títulos da dívida pública, Letra Financeira (“LF”) e Letra Financeira do Tesouro (“LFT”), através de cotas de fundos de investimento, cuja remuneração equivalente, na média de 100,38% do CDI.

(7) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

| Circulante | Saldos vencidos | Vencidos | | Total | |
|---|--------------------|---------------|---------------|----------------|----------------|
| | | até 90 dias | > 90 dias | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
| Classes de consumidores | | | | | |
| Residencial | 42.803 | 34.405 | 4.782 | 81.990 | 61.262 |
| Industrial | 4.783 | 5.332 | 1.498 | 11.613 | 10.598 |
| Comercial | 11.371 | 5.709 | 648 | 17.729 | 11.949 |
| Rural | 7.136 | 3.536 | 768 | 11.440 | 8.803 |
| Poder público | 4.559 | 3.053 | 2.324 | 9.937 | 7.098 |
| Iluminação pública | 4.748 | 3.376 | 898 | 9.022 | 5.951 |
| Serviço público | 3.070 | 1.897 | 1.985 | 6.952 | 4.193 |
| Faturado | 78.471 | 57.309 | 12.904 | 148.684 | 109.855 |
| Não faturado | 92.672 | - | - | 92.672 | 72.474 |
| Parcelamento de débito de consumidores | 6.719 | 1.526 | 2.877 | 11.121 | 11.595 |
| Operações realizadas na CCEE | 494 | - | - | 494 | 4.011 |
| Concessionárias e permissionárias | 1.473 | - | - | 1.473 | 705 |
| Programa de incentivo à redução voluntária do consumo de energia elétrica | (298) | - | - | (298) | (396) |
| | 179.532 | 58.835 | 15.780 | 254.147 | 198.245 |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | | | | (10.387) | (14.389) |
| Total | | | | 243.760 | 183.856 |
| Não circulante | | | | | |
| Parcelamento de débito de consumidores | 3.808 | - | - | 3.808 | 6.703 |
| Energia Livre | 9.185 | - | - | 9.185 | 8.125 |
| Total | 12.993 | - | - | 12.993 | 14.828 |

Parcelamento de débitos de consumidores: refere-se à negociação de créditos vencidos junto a consumidores das classes residencial, comercial, industrial, rural e poder público. As regras de parcelamento seguem as políticas internas da Companhia.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa (“PCLD”)

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, baseada em histórico e probabilidade futura de inadimplência. O detalhamento da metodologia de provisão está descrito na nota 30 (f).

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

| | Consumidores, concessionárias e permissionárias | Outros ativos (nota 12) | Total |
|--|---|----------------------------|-----------------|
| Saldo em 31/12/2021 | (12.984) | (700) | (13.684) |
| Provisão revertida (constituída) líquida | (18.745) | (25) | (18.770) |
| Recuperação de receita | 8.136 | - | 8.136 |
| Baixa de contas a receber provisionadas | 9.205 | - | 9.205 |
| Saldo em 31/12/2022 | (14.389) | (726) | (15.115) |
| Provisão revertida (constituída) líquida | (9.968) | 72 | (9.897) |
| Recuperação de receita | 3.878 | - | 3.878 |
| Baixa de contas a receber provisionadas | 10.093 | - | 10.093 |
| Saldo em 31/12/2023 | (10.387) | (654) | (11.041) |

(8) TRIBUTOS A COMPENSAR

| | <u>31/12/2023</u> | <u>31/12/2022</u> |
|---|-------------------|-------------------|
| <u>Circulante</u> | | |
| Imposto de renda e contribuição social a compensar | - | 1.856 |
| Imposto de renda e contribuição social retidos na fonte | 1.153 | 1.943 |
| ICMS a compensar | 16.779 | 15.548 |
| Programa de integração social - PIS | 536 | 362 |
| Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS | 2.821 | 1.791 |
| Outros tributos a compensar | 21.290 | 19.644 |
| Total circulante | 21.290 | 21.500 |
| <u>Não circulante</u> | | |
| ICMS a compensar | 25.104 | 22.377 |
| Outros tributos a compensar | 25.104 | 22.377 |
| Total não circulante | 25.104 | 22.377 |

Imposto de renda e contribuição social retidos na fonte: refere-se principalmente a IRRF sobre aplicações financeiras.

ICMS a compensar: refere-se principalmente a crédito constituído de aquisição de bens que resultam no reconhecimento de ativos intangíveis e ativos financeiros. O aumento na utilização mensal dos créditos deve-se a suspensão da não incidência de ICMS nas tarifas de energia elétrica (nota 23.5).

8.1 Exclusão do ICMS da base de PIS e COFINS:

| Ativo | <u>31/12/2023</u> | <u>31/12/2022</u> |
|-----------------------------------|--------------------------|--------------------------|
| <u>Circulante</u> | | |
| PIS sobre ICMS | 21.882 | 11.035 |
| COFINS sobre ICMS | 100.792 | 49.156 |
| Total circulante | 122.674 | 60.190 |
| <u>Não circulante</u> | | |
| PIS sobre ICMS | 4.394 | 24.636 |
| COFINS sobre ICMS | 20.238 | 113.477 |
| Total não circulante | 24.632 | 138.113 |
| Passivo | <u>31/12/2023</u> | <u>31/12/2022</u> |
| <u>Circulante</u> | | |
| PIS/COFINS devolução consumidores | 106.358 | 55.308 |
| Total circulante | 106.358 | 55.308 |
| <u>Não circulante</u> | | |
| PIS/COFINS devolução consumidores | 41.988 | 132.452 |
| Total não circulante | 41.988 | 132.452 |

Em 2019, a CPFL Jaguari de Energia – “CPFL Santa Cruz” obteve o trânsito em julgado em sua ação judicial nº 0007887-82.2010.4.03.6105, tendo sido reconhecido o seu direito à não inclusão dos valores do ICMS faturado na base de cálculo do PIS e COFINS, bem como, de reaver valores recolhidos anteriormente (a partir de junho de 2005).

Para a “CPFL Santa Cruz” os registros contábeis de ativos de tributos a compensar foram reconhecidos nas demonstrações financeiras, que atualizado até a data da última compensação somaria o montante de R\$ 206.852. Em 2020, o crédito decorrente da ação judicial foi habilitado junto a Receita Federal do Brasil e iniciou a utilização do crédito para compensar outros tributos a recolher administrados pela Receita Federal do Brasil. O crédito judicial foi totalmente utilizado até o ano de 2023.

Em relação ao saldo do passivo com consumidores, houve repasse nos reajustes tarifários como componente financeiro negativo extraordinário no total de R\$ 204.257, sendo que em março de 2021 (R\$ 20.241), março de 2022 (R\$ 135.567) e março de 2023 (R\$ 48.449) (nota 9), com isso, o saldo do passivo com consumidores em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 1.040.

A CPFL Jaguari de Energia – “CPFL Santa Cruz” incorporou em dezembro de 2017 a empresa “Companhia de Força e Luz Santa Cruz”, e conseqüentemente passou a deter direito sob a ação judicial relacionada ao ICMS não compor a base de cálculo do PIS e COFINS desta Companhia.

Tendo em vista (i) decisão do Supremo Tribunal Federal (“STF”) em março de 2017 do tema 69 da repercussão geral e confirmou a tese de que o ICMS não compõem a base de cálculo do PIS e COFINS, (ii) decisão de maio de 2021 do Supremo Tribunal Federal (“STF”) que rejeitou os embargos de declaração opostos pela Fazenda Nacional nos autos do RE nº 574.706 a qual não modulou os efeitos de sua decisão para os contribuintes que já tivessem ações judiciais apresentadas anteriormente a 15 de março de 2017, (iii) os termos do CPC 25 item 33 que discorre sobre o conceito de classificação de ativo considerado “praticamente certo” e (iv) a Companhia possuir por sucessão a ação judicial relacionado ao ICMS não compor a base de cálculo do PIS e COFINS nº 0012204-41.2010.4.03.6100, foram reconhecidos em junho de 2021 os créditos de PIS e COFINS, através do registro de ativo de tributos a compensar e passivo com consumidores em outras contas a pagar no montante de R\$ 129.374.

Em 28 de junho de 2022 foi publicada a Lei nº 14.385, a qual determina que a ANEEL promova, nos processos tarifários, a destinação integral do crédito em questão em proveito dos consumidores afetados pela cobrança de tributo a maior. A Companhia entende que tal dispositivo legal não lhe retira o direito de ter vertido em seu favor os créditos abarcados pela prescrição (acima de 10 anos), bem como continuará acompanhando os desdobramentos deste tema, de forma a adotar as medidas que sejam necessárias para resguardar seu direito.

Sobre este tema, em dezembro/2022 a Abradee (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica), entidade da qual a Companhia é associada, ajuizou Ação Direta de Inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, distribuída sob nº 7324 questionando referida legislação, a qual pende de julgamento.

Importante salientar que, baseada na opinião de seus assessores legais, a Companhia entende que a necessidade de reembolso aos consumidores dos montantes recebidos após o trânsito em julgado de ação judicial está limitada ao prazo prescricional dos últimos 10 anos. Tal posicionamento foi inclusive externado pela Companhia através de contribuição apresentada no processo da Consulta Pública da ANEEL nº 05/2021, ainda sem conclusão por aquele Órgão.

Logo, a decisão contábil da Companhia de, não registrar qualquer crédito tributário em seu favor até o momento, não significa qualquer renúncia de direito.

Ainda, em junho de 2023, a Companhia obteve o trânsito em julgado na ação judicial de sua sucedida, tendo sido reconhecido o seu direito à não inclusão dos valores do ICMS faturado na base de cálculo do PIS e COFINS, bem como, de reaver valores recolhidos anteriormente (a partir de junho de 2005). Em outubro de 2023, o crédito decorrente da ação judicial foi habilitado junto a Receita Federal do Brasil, e estima-se que no 1º trimestre de 2024 será iniciada as compensações junto a Receita Federal do Brasil.

Considerando que a ação judicial nº 0007887-82.2010.4.03.6105 da “CPFL Santa Cruz” já foi totalmente utilizada, o montante total até 31 de dezembro de 2023 de ativos de tributos a compensar é de R\$ 147.306, já o passivo com consumidores é de R\$ 148.346, sendo que R\$ 147.306 refere-se a ação judicial da Companhia Luz e Força Santa Cruz (incorporada) e R\$ 1.040 refere-se a ação da “CPFL Santa Cruz” (incorporadora).

(9) ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO SETORIAL

A composição dos saldos e a movimentação do exercício do ativo e passivo financeiro setorial são como segue:

| | Saldo em 31/12/2022 | | | Receita operacional (nota 23) | | Resultado financeiro (nota 26) | | Recebimento | | | Saldo em 31/12/2023 | | |
|-------------------------------------|---------------------|----------------|-----------------|-------------------------------|---------------|--------------------------------|--------------------------------------|-----------------------|------------------------|---------------|---------------------|-----------------|--------|
| | Diferido | Homologado | Total | Constituição | Realização | Atualização monetária | Devolução do crédito de PIS e COFINS | Acordo com consumidor | CDE Eletrobrás (4.006) | Diferido | Homologado | Total | |
| | | | | | | | | | | | | | 20.165 |
| Parcela "A" | (85.581) | 41.329 | (44.252) | 6.512 | 42.354 | (5.311) | - | - | - | 20.165 | (24.868) | (4.702) | |
| CVA (*) | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | |
| CDE (**) | (21.698) | 4.637 | (17.062) | 2.541 | 14.573 | 260 | - | - | (4.006) | 2.266 | (5.960) | (3.694) | |
| Custos energia elétrica | (86.160) | (27.303) | (113.463) | (52.893) | 106.812 | (10.511) | - | - | - | (47.789) | (22.265) | (70.055) | |
| ESS e EER (***) | (63.007) | 21.431 | (41.576) | 25.355 | 30.783 | (5.851) | - | - | - | 23.029 | (14.318) | 8.711 | |
| Proinfa | - | 871 | 871 | (1.402) | 368 | (145) | - | - | - | - | (308) | (308) | |
| Rede básica | 38.809 | 1.666 | 40.476 | 48.312 | (35.668) | 6.317 | - | - | - | 50.970 | 8.467 | 59.437 | |
| Repasse de Itaipu | 49.555 | 39.031 | 88.585 | (1.299) | (76.921) | 4.355 | - | - | - | 4.230 | 10.489 | 14.720 | |
| Transporte de Itaipu | 1.759 | 114 | 1.873 | 5.050 | (1.624) | 344 | - | - | - | 5.215 | 428 | 5.642 | |
| Neutralidade dos encargos setoriais | (19.975) | 472 | (19.503) | (20.396) | 16.311 | (670) | - | - | - | (19.472) | (4.786) | (24.258) | |
| Sobrecontratação | 15.138 | 411 | 15.549 | 1.244 | (12.281) | 592 | - | - | - | 1.719 | 3.385 | 5.104 | |
| Bandeira Tarifária Faturada | (2) | - | (2) | - | - | - | - | - | - | (2) | - | (2) | |
| Outros componentes financeiros | 43.579 | (43.123) | 456 | 6.123 | 24.578 | 7.215 | (48.450) | 3.290 | - | (7.317) | 529 | (6.788) | |
| Devolução crédito de PIS e COFINS | - | (32.310) | (32.310) | - | 70.009 | - | (48.450) | - | - | - | (10.751) | (10.751) | |
| Outros | 43.579 | (10.813) | 32.765 | 6.123 | (45.431) | 7.215 | - | 3.290 | - | (7.317) | 11.280 | 3.963 | |
| Total | (42.002) | (1.794) | (43.796) | 12.635 | 66.932 | 1.905 | (48.450) | 3.290 | (4.006) | 12.848 | (24.339) | (11.490) | |
| Ativo circulante | - | - | 4.415 | - | - | - | - | - | - | - | - | 9.970 | |
| Ativo não circulante | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 2.879 | |
| Passivo circulante | - | - | (32.681) | - | - | - | - | - | - | - | - | (20.919) | |
| Passivo não circulante | - | - | (15.530) | - | - | - | - | - | - | - | - | (3.420) | |

(*) Conta de compensação da variação dos valores de itens da parcela "A"

(**) Conta de desenvolvimento energético

(***) Encargo do serviço do sistema ("ESS") e Encargo de energia de reserva ("EER")

CVA: referem-se às contas de variação da Parcela A, conforme nota 3.12. Os valores apurados são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC e compensados nos processos tarifários subsequentes.

Neutralidade dos encargos setoriais: refere-se à neutralidade dos encargos setoriais constantes das tarifas de energia elétrica, apurando as diferenças mensais entre a receita relativa a esses encargos e os respectivos valores contemplados no momento da constituição da tarifa das distribuidoras.

Sobrecontratação: as distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% do seu mercado de energia por meio de contratos aprovados, registrados e homologados pela ANEEL, tendo também a garantia do repasse às tarifas dos custos ou receitas decorrentes das sobras de energia elétrica, limitadas a 5% do requisito regulatório, e dos custos decorrentes de déficits de energia elétrica. Os valores apurados são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC e compensados nos processos tarifários subsequentes.

Outros componentes financeiros: (i) Devolução do crédito de PIS e COFINS: conforme a Resolução Homologatória ("REH") nº 3.178 relativa ao RTA de 2023, foi considerado o passivo financeiro setorial decorrente dos créditos de PIS/COFINS referente exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS, no valor de R\$ 48.450. Este valor estava registrado em PIS/COFINS devolução consumidores e foi transferido para ativos e passivos financeiros setoriais no primeiro trimestre de 2023 (nota 8.1). (ii) Outros: refere-se principalmente à ultrapassagem de demanda e excedente de reativos, valores em constituição e valores já homologados em revisão tarifária periódica e que passaram a ser amortizados pelo prazo de vigência da revisão, entre outros.

Acordo com consumidor: garantia para compensação de efeitos aos consumidores da Companhia, em decorrência de aditamento de contrato de suprimento de energia solicitado por permissionária no montante de R\$ 3.290.

Recebimento – CDE Eletrobrás: conforme disposto na Resolução CNPE nº 15/2021, parte dos recursos decorrentes da Privatização da Eletrobrás serão destinados à modicidade tarifária por meio de aportes ao fundo setorial CDE, com início em 2022 e término em 2047. Nesse período, os recursos anuais aportados ao Fundo Setorial da CDE serão repassados às distribuidoras para reversão nos processos tarifários subsequentes em benefício dos consumidores. O repasse de 2023 ocorreu em maio, cujo valor de R\$ 4.006 foi homologado por meio do Despacho nº 1.120 de 24 de abril de 2023.

(10) CRÉDITOS E DÉBITOS FISCAIS DIFERIDOS

10.1 Composição dos créditos e (débitos) fiscais diferidos:

| | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---|---------------|----------------|
| Crédito (Débito) de contribuição social | | |
| Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis | 3.819 | (1.332) |
| Subtotal | 3.819 | (1.332) |
| Crédito (Débito) de imposto de renda | | |
| Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis | 10.653 | (3.654) |
| Subtotal | 10.653 | (3.654) |
| Total | 14.472 | (4.986) |

A expectativa de recuperação dos créditos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporariamente indedutíveis está baseada nas projeções de lucros tributáveis futuros.

10.2 Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis:

| | 31/12/2023 | | 31/12/2022 | |
|--|--------------|---------------|----------------|----------------|
| | CSLL | IRPJ | CSLL | IRPJ |
| Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis | | | | |
| Provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros | 2.843 | 7.896 | 2.782 | 7.728 |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | 994 | 2.760 | 1.360 | 3.779 |
| Programas de P&D e eficiência energética | 1.151 | 3.198 | 751 | 2.087 |
| Provisão relacionada a pessoal | 294 | 815 | 230 | 639 |
| Marcação a Mercado - Derivativos | 1.775 | 4.930 | 2.611 | 7.252 |
| Marcação a Mercado - Dívidas | (1.657) | (4.604) | (2.777) | (7.715) |
| Derivativos | 3.428 | 9.521 | (1.221) | (3.392) |
| Registro da concessão - ajuste do intangível | (1.919) | (5.332) | (2.554) | (7.094) |
| Registro da concessão - ajuste do ativo financeiro | (4.041) | (11.225) | (3.397) | (9.435) |
| Instrumentos financeiros | 804 | 2.235 | 804 | 2.235 |
| Outros | 149 | 458 | 78 | 262 |
| Total | 3.819 | 10.653 | (1.332) | (3.654) |

10.3 Expectativa do período de recuperação:

A expectativa do período de recuperação dos créditos fiscais diferidos registrados no não circulante, decorrentes de diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis, estão baseadas no período médio de realização de cada item constante do ativo diferido. Sua composição é como segue:

| Expectativa de recuperação | |
|-----------------------------------|---------------|
| 2024 | 10.139 |
| 2025 | 14.230 |
| 2026 | 9.487 |
| 2027 | 1.699 |
| 2028 | 2.325 |
| 2029 a 2034 | 5.369 |
| Total | 43.250 |

10.4 Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados dos exercícios:

| | 2023 | | 2022 | |
|--|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| | CSLL | IRPJ | CSLL | IRPJ |
| Lucro antes dos tributos | 145.268 | 145.268 | 152.609 | 152.609 |
| Ajustes para refletir a alíquota efetiva: | | | | |
| Incentivos fiscais - PIIT (*) | (362) | (362) | (910) | (910) |
| Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos | 12.154 | 12.154 | 10.779 | 10.779 |
| Despesa Juros sobre o capital próprio | (30.000) | (30.000) | (20.000) | (20.000) |
| Outras adições (exclusões) permanentes líquidas | 2.181 | (1.442) | 3.358 | 426 |
| Base de cálculo | 129.240 | 125.618 | 145.836 | 142.903 |
| Alíquota aplicável | 9% | 25% | 9% | 25% |
| Crédito (Débito) fiscal apurado | (11.632) | (31.404) | (13.125) | (35.726) |
| (Provisão) reversão para riscos fiscais | 134 | (19) | (40) | (311) |
| Total | (11.497) | (31.424) | (13.165) | (36.037) |
| Corrente | (16.647) | (45.731) | (18.906) | (51.983) |
| Diferido | 5.151 | 14.307 | 5.741 | 15.946 |

(*) Programa de incentivo de inovação tecnológica

A despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos registrados no resultado do exercício é de R\$ 19.458 (R\$ 21.687 em 2022) e refere-se a diferenças temporárias.

10.5 Imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos diretamente no patrimônio líquido:

O imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido (outros resultados abrangentes) nos exercícios foram os seguintes:

| | 2022 | |
|--|-------------|-------------|
| | CSLL | IRPJ |
| Risco de crédito de marcação a mercado de passivos financeiros | 268 | 268 |
| Alíquota aplicável | 9% | 25% |
| Total de tributos reconhecidos em outros resultados abrangentes | (24) | (67) |

(11) ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO

| | |
|---------------------------------------|----------------|
| Saldo em 31/12/2021 | 105.401 |
| Transferência - ativo contratual | 30.058 |
| Transferência - intangível em serviço | (1.035) |
| Ajuste ao valor justo | 6.586 |
| Baixas | (523) |
| Saldo em 31/12/2022 | 140.488 |
| Transferência - ativo contratual | 35.391 |
| Transferência - intangível em serviço | 86 |
| Ajuste ao valor justo | 7.214 |
| Baixas | (67) |
| Saldo em 31/12/2023 | 183.111 |

O saldo refere-se ao ativo financeiro correspondente ao direito estabelecido no contrato de concessão de energia, de receber caixa via indenização no momento da reversão dos ativos ao Poder Concedente ao término da concessão e a diferença para ajustar o saldo ao valor justo (valor novo de reposição – “VNR” – nota 4) é registrada como contrapartida na conta de receita operacional (nota 23) no resultado do exercício.

Em 2023, o valor das baixas de R\$ 67 (R\$ 523 em 2022) referem-se tanto à baixa do ativo de R\$ 12 (R\$ 346 em 2022) como à baixa de sua respectiva atualização de R\$ 56 (R\$ 177 em 2022).

(12) OUTROS ATIVOS

| | Circulante | | Não circulante | |
|--|---------------|---------------|----------------|------------|
| | 31/12/2023 | 31/12/2022 | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
| Adiantamentos - Plano de previdência privada | 1.373 | 1.153 | - | - |
| Adiantamentos - fornecedores | - | 410 | - | - |
| Cauções, fundos e depósitos vinculados | 4.837 | 5.277 | - | - |
| Ordens em curso | 6.315 | 16.768 | - | - |
| Serviços prestados a terceiros | 1.698 | 1.537 | - | - |
| Despesas antecipadas | 6.371 | 3.597 | 1.430 | 35 |
| Contas a receber - CDE | 19.614 | 13.703 | - | - |
| Adiantamentos a funcionários | 1.036 | 968 | - | - |
| Arrendamentos e aluguéis | 3.085 | 5.079 | - | - |
| Outros | 3.066 | 2.363 | 766 | 918 |
| (-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 7) | (654) | (726) | - | - |
| Total | 46.741 | 50.128 | 2.197 | 953 |

Ordens em curso: compreende a custos e receitas relacionados à desativação ou alienação, em andamento, de bens do ativo intangível e os custos dos serviços relacionados a gastos com os projetos em andamento dos Programas de Eficiência Energética (“PEE”) e Pesquisa e Desenvolvimento (“P&D”). Quando do encerramento dos respectivos projetos, os saldos são amortizados em contrapartida ao respectivo passivo registrado em outras contas a pagar (nota 20).

Despesas antecipadas: refere-se principalmente a antecipação de despesas com licença de software e PROINFA.

Contas a receber – CDE: refere-se às: (i) subvenções de baixa renda no montante de R\$ 2.290 (R\$ 2.496 em 31 de dezembro de 2022), (ii) outros descontos tarifários concedidos aos consumidores no montante de R\$ 16.803 (R\$ 10.723 em 31 de dezembro de 2022) – (nota 23.3) e (iii) subvenção de bandeira tarifária no montante de R\$ 521 (R\$ 484 em 31 de dezembro de 2022).

Outros: refere-se, principalmente, ao direito de uso dos contratos de arrendamento da Companhia.

(13) ATIVO CONTRATUAL

| | |
|---------------------------------------|----------------|
| Saldo em 31/12/2021 | 103.315 |
| Adições | 217.681 |
| Transferência - Intangível em serviço | (151.442) |
| Transferência - Ativo financeiro | (30.058) |
| Saldo em 31/12/2022 | 139.496 |
| Adições | 274.192 |
| Transferência - Intangível em serviço | (134.132) |
| Transferência - Ativo financeiro | (35.391) |
| Saldo em 31/12/2023 | 244.166 |

Referem-se aos ativos de infraestrutura da concessão durante o período de construção.

(14) INTANGÍVEL

| | Direito de concessão | | Total |
|---------------------------------------|---|---------------------------|------------------|
| | Infraestrutura de distribuição - em serviço | Outros ativos intangíveis | |
| Saldo em 31/12/2021 | 954.604 | 143 | 954.748 |
| Custo histórico | 1.526.053 | 296 | 1.526.350 |
| Amortização acumulada | (571.449) | (153) | (571.602) |
| Amortização | (67.744) | (89) | (67.833) |
| Transferência - ativo contratual | 151.442 | - | 151.442 |
| Transferência - ativo financeiro | 1.035 | - | 1.035 |
| Baixa e transferência - outros ativos | (8.666) | - | (8.666) |
| Saldo em 31/12/2022 | 1.030.671 | 54 | 1.030.726 |
| Custo histórico | 1.651.324 | 296 | 1.651.621 |
| Amortização acumulada | (620.653) | (242) | (620.895) |
| Amortização | (71.470) | (45) | (71.515) |
| Transferência - ativo contratual | 134.132 | - | 134.132 |
| Transferência - ativo financeiro | (86) | - | (86) |
| Baixa e transferência - outros ativos | (13.625) | - | (13.625) |
| Saldo em 31/12/2023 | 1.079.622 | 10 | 1.079.632 |
| Custo histórico | 1.755.166 | 296 | 1.755.463 |
| Amortização acumulada | (675.544) | (286) | (675.831) |

Os valores de amortização dos ativos intangíveis de infraestrutura de distribuição estão registrados na demonstração do resultado na rubrica de "amortização".

Em conformidade com o CPC 20 (R1), os juros referentes aos empréstimos tomados pela Companhia para o financiamento das obras são capitalizados, durante a fase de construção, para os ativos qualificáveis. No exercício de 2023 foram capitalizados R\$ 3.257 (R\$ 1.779 em 2022) a uma taxa média de 7,38% a.a. (7,13% a.a. em 2022) (nota 26).

Teste de redução ao valor recuperável dos ativos

Para todos os exercícios apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros. Para os exercícios de 2023 e 2022, com base na avaliação mencionada de eventuais indicativos, não houve necessidade de provisão de recuperação.

(15) FORNECEDORES

| | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|----------------------------------|-------------------|-------------------|
| Encargos de serviço do sistema | 3.769 | 503 |
| Suprimento de energia elétrica | 62.861 | 61.628 |
| Encargos de uso da rede elétrica | 33.003 | 28.383 |
| Materiais e serviços | 45.128 | 32.760 |
| Energia livre | 2.367 | 2.094 |
| Total | 147.129 | 125.368 |

(16) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

| Modalidade | Saldo em 31/12/2022 | Captação | Amortização principal | Encargos, atualização monetária e marcação a mercado | Atualização cambial | Encargos pagos | Saldo em 31/12/2023 |
|----------------------------------|------------------------|----------------|--------------------------|--|------------------------|-------------------|------------------------|
| Moeda nacional | | | | | | | |
| Mensuradas ao custo | | | | | | | |
| Pós Fixado | | | | | | | |
| IPCA | 403.269 | - | (31.805) | 35.906 | - | (17.432) | 389.938 |
| Gastos com captação | (3.229) | - | - | 453 | - | - | (2.776) |
| Total moeda nacional | 400.040 | - | (31.805) | 36.359 | - | (17.432) | 387.162 |
| Moeda estrangeira | | | | | | | |
| Mensuradas ao valor justo | | | | | | | |
| Dólar | 366.420 | 232.049 | (43.705) | 15.326 | (35.834) | (12.877) | 521.379 |
| Euro | - | 81.564 | - | 2.471 | (891) | - | 83.144 |
| Marcação a mercado | (30.858) | - | - | 12.443 | - | - | (18.415) |
| Total moeda estrangeira | 335.562 | 313.613 | (43.705) | 30.240 | (36.725) | (12.877) | 586.108 |
| Total | 735.602 | 313.613 | (75.509) | 66.599 | (36.725) | (30.309) | 973.270 |
| Circulante | 77.398 | | | | | | 88.521 |
| Não circulante | 658.204 | | | | | | 884.749 |

| Modalidade | Saldo em 31/12/2021 | Captação | Amortização principal | Encargos, atualização monetária e marcação a mercado | Atualização cambial | Encargos pagos | Saldo em 31/12/2022 |
|----------------------------------|------------------------|----------------|--------------------------|--|------------------------|-------------------|------------------------|
| Moeda nacional | | | | | | | |
| Mensuradas ao custo | | | | | | | |
| Pós Fixado | | | | | | | |
| IPCA | 352.671 | 48.945 | (22.133) | 41.305 | - | (17.519) | 403.269 |
| Gastos com captação | (3.682) | - | - | 453 | - | - | (3.229) |
| Total moeda nacional | 348.990 | 48.945 | (22.133) | 41.758 | - | (17.519) | 400.040 |
| Moeda estrangeira | | | | | | | |
| Mensuradas ao valor justo | | | | | | | |
| Dólar | 333.092 | 89.000 | (35.725) | 7.386 | (20.504) | (6.829) | 366.420 |
| Euro | 134.433 | - | (118.278) | 190 | (16.103) | (241) | - |
| Marcação a mercado | (14.194) | - | - | (16.664) | - | - | (30.858) |
| Total moeda estrangeira | 453.329 | 89.000 | (154.002) | (9.088) | (36.607) | (7.071) | 335.562 |
| Total | 802.319 | 137.945 | (176.135) | 32.670 | (36.607) | (24.589) | 735.602 |
| Circulante | 194.856 | | | | | | 77.398 |
| Não circulante | 607.463 | | | | | | 658.204 |

Em consonância com o CPC 48, os gastos com captação referem-se aos custos diretamente atribuíveis às dívidas e estas são classificadas como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros dos empréstimos e financiamentos mensurados ao valor justo, tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas dívidas de modo a obter uma informação contábil mais relevante e consistente, reduzindo o descasamento contábil.

As mudanças dos valores justos destas dívidas são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2023 os ganhos acumulados não realizados obtidos na marcação a mercado das referidas dívidas foram de R\$ 18.415 (R\$ 30.858 em 31 de dezembro de 2022), que reduzidos das perdas acumuladas não realizadas obtidas com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos, de R\$ 19.689 (R\$ 28.978 em 31 de dezembro de 2022), contratados para proteção da variação cambial (nota 31.b), geraram uma perda total líquida não realizada de R\$ 1.274 (ganho de R\$ 1.880 em 31 de dezembro de 2022).

Os detalhes dos empréstimos e financiamentos estão demonstrados a seguir:

| Modalidade | Encargos financeiros anuais | 31/12/2023 | 31/12/2022 | Faixa de vencimento | Garantia |
|-----------------------------------|-----------------------------|----------------|----------------|---------------------|---|
| Mensuradas ao custo | | | | | |
| Moeda nacional | | | | | |
| Pré Fixado | | | | | |
| IPCA | | | | | |
| FINEM | IPCA + 4,27 a 4,80% | 389.938 | 403.269 | 2024 a 2040 | Fiança da CPFL Energia e recebíveis |
| Gastos com captação | | (2.776) | (3.229) | | |
| Total moeda nacional | | 387.162 | 400.040 | | |
| Mensuradas ao valor justo | | | | | |
| Moeda estrangeira | | | | | |
| Empréstimos bancários (Lei 4.131) | | | | | |
| Dólar | US\$ + de 1,85% a 5,91% | 521.379 | 366.420 | 2024 a 2026 | Fiança da CPFL Energia e nota promissória |
| Euro | Euro + 4,2245% | 83.144 | - | 2025 | Fiança da CPFL Energia e nota promissória |
| Marcação a mercado | | (18.415) | (30.858) | | |
| Total moeda estrangeira | | 586.108 | 335.562 | | |
| Total | | 973.270 | 735.602 | | |
| Circulante | | 88.521 | 77.398 | | |
| Não circulante | | 884.749 | 658.204 | | |

Determinados empréstimos bancários, principalmente os contratados em moeda estrangeira possuem *swap* convertendo variação cambial para variação de taxa de juros. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 30. A taxa efetiva dos empréstimos mensurados ao custo variam de 79% a 83,5% do CDI.

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante, têm vencimentos assim programados:

Ano de vencimento

| | |
|--------------------|----------------|
| 2025 | 391.372 |
| 2026 | 245.676 |
| 2027 | 40.673 |
| 2028 | 29.071 |
| 2029 a 2033 | 86.371 |
| 2034 a 2040 | 109.403 |
| Subtotal | 902.566 |
| Marcação a mercado | (17.817) |
| Total | 884.749 |

Os principais índices utilizados para atualização dos empréstimos e financiamentos e a composição do perfil de endividamento em moeda nacional e estrangeira, já considerando os efeitos dos instrumentos derivativos estão abaixo demonstrados:

| Indexador | Variação acumulada % | | % da dívida | |
|-----------|----------------------|-------|---------------|---------------|
| | 2023 | 2022 | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
| IPCA | 4,62 | 5,79 | 39,78 | 54,38 |
| CDI | 11,65 | 13,65 | 60,22 | 45,62 |
| | | | 100,00 | 100,00 |

Adições no exercício:

| Modalidade | Valor | Pagamento de juros | Amortização de Principal | Destinação do recurso | Encargo financeiro / taxa efetiva anual | Taxa efetiva com derivativos |
|-----------------------------------|----------------|--------------------|------------------------------------|-----------------------|---|------------------------------|
| Moeda Estrangeira | | | | | | |
| Empréstimos bancários (Lei 4.131) | | | | | | |
| Dólar | 80.000 | Semestral | Parcela única em Fevereiro de 2026 | Capital de Giro | USD + 5,91% | CDI + 1,33% |
| Dólar | 152.049 | Semestral | Parcela única em Dezembro de 2025 | Capital de Giro | USD + 5,07% | CDI + 1,20% |
| Euro | 81.564 | Semestral | Parcela única em Março de 2025 | Capital de Giro | EUR + 4,22% | CDI + 1,10% |
| | 313.613 | | | | | |

Condições restritivas:

Os empréstimos e financiamentos obtidos pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras, sob pena de limitação à distribuição de dividendos, e/ou antecipação de vencimento das dívidas vinculadas. Algumas cláusulas contratuais estão vinculadas a índices financeiros da controladora CPFL Energia S.A. ("CPFL Energia"). Ainda, o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (cross default), dependendo de cada contrato de empréstimo e financiamento.

As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso. Como os índices máximo e mínimo variam entre os contratos, apresentamos abaixo os parâmetros mais críticos de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2023.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras da Companhia

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 4,00.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora CPFL Energia

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75; e
- EBITDA ajustado dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

A definição de EBITDA na controladora CPFL Energia para fins de apuração de covenants leva em consideração principalmente a consolidação de controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto com base na participação societária detida direta ou indiretamente (tanto para EBITDA como para ativos e passivos).

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia todas as condições restritivas e cláusulas financeiras e não financeiras estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2023.

(17) DEBÊNTURES

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

| Modalidade | Saldo em 31/12/2022 | Amortização principal | Encargos, atualização monetária e marcação a mercado | Encargos pagos | Saldo em 31/12/2023 |
|----------------------------|------------------------|--------------------------|--|-------------------|------------------------|
| Mensuradas ao custo | | | | | |
| Pós fixado | | | | | |
| CDI | 192.494 | (95.000) | 18.326 | (19.815) | 96.005 |
| Gastos com captação | (84) | - | 59 | - | (25) |
| Total ao custo | 192.409 | (95.000) | 18.386 | (19.815) | 95.980 |
| Total | 192.409 | (95.000) | 18.386 | (19.815) | 95.980 |
| Circulante | 97.434 | | | | 95.980 |
| Não circulante | 94.975 | | | | - |

| Modalidade | Saldo em 31/12/2021 | Encargos, atualização monetária e marcação a mercado | Encargos pagos | Saldo em 31/12/2022 |
|----------------------------|------------------------|--|-------------------|------------------------|
| Mensuradas ao custo | | | | |
| Pós fixado | | | | |
| CDI | 191.613 | 24.434 | (23.553) | 192.494 |
| Gastos com captação | (143) | 59 | - | (84) |
| Total ao custo | 191.471 | 24.494 | (23.553) | 192.409 |
| Total | 191.471 | 24.494 | (23.553) | 192.409 |
| Circulante | 1.613 | | | 97.434 |
| Não circulante | 189.857 | | | 94.975 |

Em consonância com o CPC 48, os gastos com emissão referem-se aos custos diretamente atribuíveis à emissão das debêntures, e estas são classificadas como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

Os detalhes das debêntures estão demonstrados a seguir:

| Modalidade | Encargos financeiros anuais | 31/12/2023 | 31/12/2022 | Faixa de vencimento | Garantia |
|----------------------------------|-----------------------------|---------------|----------------|---------------------|------------------------|
| Mensuradas ao custo | | | | | |
| Pós fixado | | | | | |
| CDI | 107% do CDI | 96.005 | 192.494 | 2023 a 2024 | Fiança da CPFL Energia |
| Gastos com captação | | (25) | (84) | | |
| Total mensuradas ao custo | | 95.980 | 192.409 | | |
| Total | | 95.980 | 192.409 | | |
| Circulante | | 95.980 | 97.434 | | |
| Não circulante | | - | 94.975 | | |

A taxa efetiva da debênture mensurada ao custo é de 107,84% do CDI.

Condições restritivas:

As debêntures emitidas pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras da sua controladora CPFL Energia.

As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso. Como os índices máximo e mínimo variam entre os contratos, apresentamos abaixo os parâmetros mais críticos de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2023.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora CPFL Energia

- Dívida líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75; e
- EBITDA ajustado dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia todas as condições restritivas e cláusulas financeiras e não financeiras estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2023.

(18) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

| | Circulante | | Não circulante | |
|---|---------------|---------------|----------------|--------------|
| | 31/12/2023 | 31/12/2022 | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
| Imposto de renda e contribuição social a recolher | | | | |
| Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ | 18.681 | 775 | 6.335 | 6.091 |
| Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL | 6.827 | 185 | 894 | 968 |
| Total | 25.508 | 959 | 7.229 | 7.059 |
| | | | | |
| | Circulante | | | |
| | 31/12/2023 | 31/12/2022 | | |
| Outros impostos, taxas e contribuições a recolher | | | | |
| Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS | 25.506 | 8.606 | | |
| Programa de integração social - PIS | 1.452 | 1.157 | | |
| Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS | 6.722 | 5.378 | | |
| IRRF sobre juros sobre o capital próprio | 1.121 | 3.000 | | |
| Outros | 3.021 | 2.368 | | |
| Total | 37.822 | 20.509 | | |

Imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços – ICMS: a redução em 2022 deve-se principalmente às alterações trazidas pela Lei Complementar nº 194/2022, que foram: redução da alíquota de ICMS sobre energia elétrica e não incidência do ICMS sobre determinados itens do faturamento. Em 09 de fevereiro de 2023, a liminar cautelar nº 7.195 determinou a suspensão da não incidência do ICMS sobre serviços de transmissão, distribuição e encargos setoriais vinculados às operações com energia elétrica, que passaram a ser tributados novamente a partir de 18 de fevereiro de 2023.

Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ: no não circulante, refere-se às provisões para riscos fiscais referentes aos tributos sobre o lucro. O caso de IRPJ em questão refere-se a Mandado

de Segurança que discute a possibilidade de dedução da despesa de CSLL da base de cálculo do IRPJ, sendo que para este caso é mais provável que as Autoridades Fiscais não aceitem o procedimento em questão.

A Companhia possui outros tratamentos incertos de tributos sobre o lucro para os quais a Administração concluiu que é mais provável que sejam aceitos pela autoridade fiscal do que não, cujo efeito de potenciais contingências estão divulgados na nota 19 - Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais.

(19) PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

| | 31/12/2023 | | 31/12/2022 | |
|--------------|--|---------------------|--|---------------------|
| | Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas | Depósitos judiciais | Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas | Depósitos judiciais |
| Trabalhistas | 15.195 | 4.365 | 13.519 | 4.066 |
| Cíveis | 1.745 | 254 | 800 | 237 |
| Fiscais | 12.705 | 14.140 | 15.734 | 20.055 |
| Regulatório | 3.058 | - | 556 | - |
| Total | 32.704 | 18.759 | 30.608 | 24.358 |

A movimentação das provisões, está demonstrada a seguir:

| | Saldo em 31/12/2022 | Adições | Reversões | Pagamentos | Atualização monetária | Saldo em 31/12/2023 |
|--------------|---------------------|---------------|--------------|-----------------|-----------------------|---------------------|
| Trabalhistas | 13.519 | 3.204 | (348) | (3.726) | 2.548 | 15.195 |
| Cíveis | 800 | 4.382 | (300) | (3.200) | 63 | 1.745 |
| Fiscais | 15.734 | 711 | (266) | (5.500) | 2.025 | 12.705 |
| Regulatório | 556 | 2.430 | - | - | 72 | 3.058 |
| Total | 30.608 | 10.728 | (914) | (12.426) | 4.709 | 32.704 |

As provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia é parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração da Companhia.

O sumário dos principais assuntos pendentes relacionados a litígios, processos judiciais e autos de infração é como segue:

- **Trabalhistas:** as principais causas trabalhistas relacionam-se às reivindicações de ex-funcionários e sindicatos para o pagamento de ajustes salariais (horas extras, equiparação salarial, verbas rescisórias e outras reivindicações).
- **Cíveis:** as principais causas cíveis relacionam-se a danos pessoais, como pleitos de indenizações relacionados a acidentes ocorridos na rede elétrica da Companhia, danos a consumidores, acidentes com veículos, entre outros.
- **Fiscais:** refere-se a outros processos existentes nas esferas judicial e administrativa decorrentes das operações dos negócios da Companhia, relacionados a assuntos fiscais envolvendo PIS e COFINS.
- **Regulatórios:** os processos regulatórios estão relacionados a fiscalizações do órgão regulador.

Perdas possíveis:

A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis, devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como

prováveis ou remotas.

As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 31 de dezembro de 2023 e 2022 estavam assim representadas:

| | 31/12/2023 | 31/12/2022 | Principais causas |
|------------------|----------------|----------------|--|
| Trabalhistas | 6.262 | 7.151 | Acidentes de trabalho, adicional de periculosidade e horas extras |
| Cíveis | 21.325 | 19.399 | Ações indenizatórias, danos elétricos, majoração tarifária, revisão de contratos |
| Fiscais | 97.379 | 94.198 | Imposto de Renda e Contribuição Social |
| Fiscais - Outros | 57.257 | 50.271 | INSS, ICMS, PIS e COFINS |
| Regulatório | 4.327 | 526 | Processos de fiscalização técnica, comercial e econômico-financeira |
| Total | 186.550 | 171.544 | |

(20) OUTRAS CONTAS A PAGAR

| | Circulante | | Não circulante | |
|---|---------------|---------------|----------------|--------------|
| | 31/12/2023 | 31/12/2022 | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
| Consumidores e concessionárias | 17.717 | 13.172 | - | - |
| Programa de eficiência energética - PEE | 3.453 | 12.088 | 2.346 | 673 |
| Pesquisa e desenvolvimento - P&D | 8.461 | 8.725 | 2.327 | 2.339 |
| EPE / FNDCT / PROCEL (*) | 3.099 | 2.285 | - | - |
| Fundo de reversão | 185 | 185 | 2.471 | 2.656 |
| Adiantamentos | 402 | 11.554 | 200 | 372 |
| Descontos tarifários - CDE | 37 | - | - | - |
| Folha de pagamento | 921 | 740 | - | - |
| Participação nos lucros | 3.878 | 3.204 | 943 | 781 |
| Convênios de arrecadação | 4.304 | 3.956 | - | - |
| Outros | 3.332 | 2.838 | 1.194 | 1.203 |
| Total | 45.790 | 58.748 | 9.482 | 8.023 |

(*) EPE - Empresa de Pesquisa Energética, FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e PROCEL - Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica.

Consumidores e concessionárias: referem-se a contas pagas em duplicidade e ajustes de faturamento a serem compensados ou restituídos.

Programas de eficiência energética – PEE e Pesquisa e desenvolvimento – P&D: a Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da receita operacional líquida), mas ainda não aplicados nos programas de PEE e P&D. Tais montantes são passíveis de atualização monetária mensal, com base na SELIC, até o momento de sua efetiva realização. Adicionalmente, a Lei nº 14.120 em 1º de março de 2021 e ao Despacho ANEEL nº 904 de 30 de março de 2021, estabelecem que entre 1º de setembro de 2020 a 31 de dezembro de 2025, até 30% dos valores previstos para os programas de PEE e P&D, não comprometidos com projetos contratados ou iniciados até 31 de agosto de 2020, deverão ser destinados à CDE em favor da modicidade tarifária.

Fundo de reversão: refere-se a recursos derivados da reserva para reversão e amortização, constituída até 31 de dezembro de 1971 nos termos do regulamento do SPEE (Decreto Federal nº 41.019/1957), aplicado pela Companhia na expansão do Serviço Público de Energia Elétrica. Sobre o fundo para reversão, são cobrados juros de 5% a.a. sobre o valor da reserva, pagos mensalmente. Sua eventual liquidação ocorreria de acordo com determinações do poder concedente. Através do Decreto Lei nº 9.022/2017 foi determinado que mensalmente, a Companhia a partir de janeiro de 2018, deveria amortizar integralmente os débitos com o fundo até dezembro de 2026.

Adiantamentos: referem-se a adiantamentos realizados por consumidores para execução de obras e serviços e adiantamento relativo ao aluguel de postes.

Participação nos lucros: em conformidade com o acordo coletivo de trabalho, a Companhia implantou programa de participação dos empregados nos lucros e resultados, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos.

Convênios de arrecadação: referem-se a convênios firmados com prefeituras e empresas para arrecadação através da conta de energia elétrica e posterior repasse de valores referentes à contribuição de iluminação pública, jornais, assistência médica, seguros residenciais, entre outros.

Outros: refere-se, principalmente, ao passivo de arrendamento a pagar da Companhia (nota 3.13).

(21) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A participação do acionista no patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022 está assim distribuída:

| Acionistas | Quantidade de ações | | |
|------------------|---------------------|--------------------|---------------|
| | Ordinárias | Total | % |
| CPFL Energia S/A | 359.058.396 | 359.058.396 | 100,00 |
| Total | 359.058.396 | 359.058.396 | 100,00 |

21.1 Gestão do capital

A política da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e a sustentabilidade do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e a estratégia de subida de dividendos da Companhia para o controlador.

A Companhia gerencia o nível de alavancagem ponderando as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital próprio mais elevada. A Companhia monitora o capital utilizando o índice de alavancagem calculado pela dívida líquida em relação ao EBITDA.

Ao longo de 2023, a estrutura de capital e a alavancagem da Companhia permaneceram em níveis adequados. A dívida líquida da Companhia alcançou 3,43 vezes o EBITDA em 2023 (3,01 vezes em 2022), no critério de medição dos covenants financeiros da Companhia, maior do que no ano anterior. A política da Companhia é manter este índice abaixo de 4,00, visto que a maioria de seus empréstimos utilizam esta medição.

21.2 Aumento de Capital

Na AGE de 26 de abril de 2023 foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 48.343, sendo R\$ 34.083 decorrente de Reserva Legal e R\$ 14.260 decorrente de Reserva estatutária de reforço de capital de giro apurados no exercício de 2022 sem emissão de novas ações.

21.3 - Dividendos e Juros sobre o capital próprio (“JCP”)

Na AGO de 26 de abril de 2023 foi aprovada a destinação do lucro do exercício de 2022, através de (i) juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 20.000 declarado em dezembro de 2022 e (ii) dividendo mínimo obrigatório de R\$ 8.852.

Adicionalmente, a Companhia declarou, no exercício de 2023:

- Juros sobre capital próprio no montante de R\$ 30.000 (R\$ 25.500 líquido de IRRF), os quais serão imputados aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2023, aprovado em AGE de março, junho, setembro e dezembro 2023;
-

No exercício de 2023, a Companhia efetuou pagamento no montante de R\$ 38.432 referente a dividendos e juros sobre capital próprio.

21.4 Reserva de lucros

O saldo da Reserva de lucros em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 261.528, que compreende: (i) Reserva legal R\$ 5.117, (ii) Reserva estatutária - reforço de capital de giro R\$ 247.457 e (iii) Reserva de lucros a realizar R\$ 8.954.

21.5 Destinação do lucro líquido do exercício

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição como dividendo de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei, aos titulares de suas ações.

A proposta de destinação do lucro líquido do exercício está demonstrada no quadro a seguir:

| | <u>2023</u> |
|--|----------------|
| Lucro líquido do exercício | 102.347 |
| Realização da reserva de correção monetária especial "CME" | 15 |
| Lucro líquido base para destinação | 102.362 |
| Reserva legal | (5.117) |
| Reserva estatutária - reforço de capital de giro | (28.701) |
| Reserva de lucros a realizar | (4.724) |
| Outras destinações - proposta de aumento de capital | (33.820) |
| Juros sobre capital próprio - AGE de 31/03/2023, 30/06/2023, 29/09/2023 e 29/12/2023 | (30.000) |

Considerando o elevado plano de investimento da Companhia para os próximos anos, a Administração da Companhia está propondo a destinação de R\$ 28.701 à Reserva estatutária - reforço de capital de giro. Adicionalmente, parte do lucro do ano foi alocada à Reserva de lucros a realizar no montante de R\$ 4.724, referente principalmente à atualização monetária do Ativo financeiro da concessão. Eventuais alterações nestas perspectivas que reflitam em alterações nas reservas poderão ser realizadas durante o exercício de 2024, mediante aprovação da Administração.

Além disso, a administração está propondo aos acionistas na próxima AGO/E que parte do resultado da Companhia seja destinado a aumento de capital ou outra forma conforme legislação societária no montante de R\$ 33.820.

(22) LUCRO POR AÇÃO

Lucro por ação – básico

O cálculo do lucro por ação básico em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foi baseado no lucro líquido do exercício e o número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante os exercícios apresentados:

| | <u>2023</u> | <u>2022</u> |
|--|---------------|---------------|
| Numerador | | |
| Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas controladores | 102.347 | 103.407 |
| Denominador | | |
| Ações em poder dos acionistas - ações ordinárias | 359.058.396 | 359.058.396 |
| Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações ordinárias - R\$ | 285,04 | 288,00 |

Nos exercícios de 2023 e 2022 a Companhia não possuía instrumentos conversíveis em ações que gerassem impacto diluidor no lucro por ação.

(23) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

| | Nº de consumidores | | GWh | | R\$ mil | |
|--|--------------------|----------------|--------------|--------------|------------------|------------------|
| | 31/12/2023 | 31/12/2022 | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 |
| Receita de operações com energia elétrica | | | | | | |
| Classe de consumidores | | | | | | |
| Residencial | 448.798 | 441.765 | 948 | 894 | 691.295 | 663.596 |
| Industrial | 3.022 | 2.957 | 194 | 215 | 141.892 | 156.408 |
| Comercial | 26.453 | 26.098 | 290 | 296 | 227.204 | 231.683 |
| Rural | 20.011 | 20.109 | 249 | 279 | 159.258 | 168.698 |
| Poderes públicos | 4.420 | 4.224 | 71 | 65 | 53.478 | 49.097 |
| Iluminação pública | 563 | 550 | 121 | 123 | 52.257 | 54.647 |
| Serviço público | 753 | 734 | 105 | 110 | 70.501 | 73.996 |
| Fornecimento faturado | 504.020 | 496.437 | 1.978 | 1.982 | 1.395.885 | 1.398.125 |
| Consumo próprio | 111 | 110 | 2 | 2 | - | - |
| Fornecimento não faturado (líquido) | - | - | - | - | 16.866 | (1.692) |
| (-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo | - | - | - | - | (838.010) | (687.822) |
| Fornecimento de energia elétrica | 504.131 | 496.547 | 1.980 | 1.984 | 574.741 | 708.611 |
| Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas | | | 53 | 75 | 43.421 | 41.314 |
| (-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo | | | - | - | (25.495) | (21.285) |
| Energia elétrica de curto prazo | | | 53 | 222 | 4.025 | 27.050 |
| Suprimento de energia elétrica | | | 107 | 297 | 21.951 | 47.079 |
| Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor cativo | | | | | 863.505 | 709.107 |
| Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor livre | | | | | 294.171 | 231.435 |
| (-) Compensação pelo não cumprimento de indicadores técnicos | | | | | (4.171) | (2.646) |
| Receita de construção da infraestrutura de concessão | | | | | 265.403 | 204.888 |
| Ativo e passivo financeiro setorial (nota 9) | | | | | 79.567 | 10.109 |
| Atualização do ativo financeiro da concessão (nota 11) | | | | | 7.158 | 6.409 |
| Aporte CDE - baixa renda e demais subsídios tarifários | | | | | 116.128 | 99.318 |
| Outras receitas e rendas | | | | | 34.291 | 33.087 |
| Outras receitas operacionais | | | | | 1.656.052 | 1.291.707 |
| Total da receita operacional bruta | | | | | 2.252.744 | 2.047.397 |
| Deduções da receita operacional | | | | | | |
| ICMS | | | | | (240.172) | (201.991) |
| PIS | | | | | (27.990) | (26.852) |
| COFINS | | | | | (128.960) | (122.035) |
| ISS | | | | | (5) | (309) |
| Conta de desenvolvimento energético - CDE | | | | | (282.701) | (259.957) |
| Programa de P & D e eficiência energética | | | | | (12.590) | (12.140) |
| PROINFA | | | | | (12.878) | (12.538) |
| Bandeiras tarifárias e outros | | | | | (4.778) | 22.511 |
| Outros | | | | | (2.118) | (2.055) |
| | | | | | (712.192) | (615.366) |
| Receita operacional líquida | | | | | 1.540.552 | 1.432.031 |

23.1 Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos

No procedimento de regulação tarifária (“PRORET”), no submódulo 2.7 Outras Receitas, aprovado pela REN ANEEL nº 463, de 22 de novembro de 2011, foi definido que as receitas auferidas com ultrapassagem de demanda e excedente de reativos, da data contratual de revisão tarifária referente ao 3º ciclo de revisão tarifária periódica, devem ser contabilizadas como obrigações especiais, em subconta específica e serão amortizadas a partir da próxima revisão tarifária.

Para a Companhia em função do 4º ciclo de revisão tarifária periódica, essa obrigação especial passou a ser amortizada. Os novos valores decorrentes de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos passaram a ser constituídos em ativos e passivos financeiros setoriais, homologados em revisão tarifária periódica e amortizados até a próxima revisão tarifária periódica, e assim sucessivamente conforme dispõe o submódulo 2.1 Procedimentos Gerais do PRORET.

Em função da renovação da concessão em 2015, os valores constituídos a partir de março de 2017 passaram a ser amortizados conforme os demais itens da tarifa da conta de ativos e passivos financeiros setoriais, ou seja, no momento da homologação do RTA, conforme orientação do Ofício Circular nº 112/2017-SFF/ANEEL e do submódulo 2.1 A Procedimentos gerais do PRORET.

Em 7 de fevereiro de 2012 a Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (“ABRADEE”) conseguiu a suspensão dos efeitos da REN nº 463, onde foi deferido o pedido de antecipação de tutela final e foi suspensa a determinação de contabilização das receitas oriundas de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos como obrigações especiais. Em junho de 2012, foi deferido o efeito suspensivo requerido pela ANEEL em seu Agravo de Instrumento e suspendendo a antecipação de tutela originalmente deferida em favor da ABRADEE. A Companhia está aguardando o julgamento da ação para determinar o tratamento definitivo dessas receitas. Esses valores foram provisionados como (i) obrigações especiais e estão sendo

amortizadas e apresentadas líquidas no ativo intangível da concessão, em atendimento ao CPC 25 e (ii) passivos financeiros setoriais os quais estão sendo amortizados e apresentados líquido na receita operacional líquida.

23.2 Revisão Tarifária Periódica (“RTP”) e Reajuste Tarifário Anual (“RTA”)

Em março de cada ano, através de Resolução Homologatória (“REH”), a ANEEL reajusta a tarifa da Companhia, de 22 de março até 21 de março do ano subsequente. Os últimos reajustes com reflexos nessas demonstrações financeiras, foram:

Em 2023 (REH nº 3.178), o reajuste tarifário anual - RTA médio foi de 5,65%, sendo 4,41% referentes ao reajuste tarifário econômico, 1,23% relativos aos componentes financeiros pertinentes e 9,02% o efeito médio total a ser percebido pelos consumidores.

Em 2022 (REH nº 3.017), o reajuste tarifário anual - RTA médio foi de 7,82%, sendo 8,14% referentes ao reajuste tarifário econômico, -0,31% relativos aos componentes financeiros pertinentes e 8,83% o efeito médio total a ser percebido pelos consumidores.

Adicionalmente, em 13 de julho de 2022, a ANEEL publicou a REH nº 3.059, relativa à revisão tarifária extraordinária - RTE, que reduziu a tarifa e o efeito médio a ser percebido pelos consumidores em -2,32%.

23.3 Aporte CDE - baixa renda e demais subsídios tarifários

A Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013 determinou que os recursos relacionados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários passassem a ser subsidiados integralmente por recursos oriundos da CDE. No exercício de 2023, foi registrada receita de R\$ 116.128 (R\$ 99.318 em 2022), sendo (i) R\$ 13.881 (R\$ 13.963 em 2022) referentes à subvenção baixa renda; (ii) R\$ 87.287 (R\$ 72.225 em 2022) referentes a outros descontos tarifários, (iii) R\$ 10.928 de subvenção CCRBT (R\$ 13.130 em 2022) e (iv) R\$ 4.032 de custeio temporário dos componentes tarifárias não associadas ao custo da energia e não remuneradas pelo consumidor-gerador, incidentes sobre a energia elétrica compensada pelas unidades consumidoras participantes do Sistema de Compensação de Energia Elétrica (“SCEE”) conforme institui a Lei nº 14.300 de 6 de janeiro de 2022.

23.4 Conta de desenvolvimento energético (“CDE”)

A ANEEL, por meio da REH nº 3.165, de 13 de dezembro de 2022, estabeleceu as quotas mensais provisórias da CDE-USO, relativas às competências de janeiro a março de 2023.

A REH nº 175, de 07 de março de 2023, estabeleceu as quotas definitivas da CDE-USO de 2023 e as quotas da CDE-GD, criada pela Lei nº 14.300 de 2022, cujos valores foram pagos a partir do mês subsequente ao processo tarifário de 2023.

A CDE Conta-Covid foi criada pela REN nº 885, de 23 de junho de 2020 com as quotas homologadas pelo Despacho nº 181 de 26 de janeiro de 2021, com retificação por meio do Despacho nº 939 de 05 de abril de 2021, cujos valores são pagos a partir do mês subsequente ao processo tarifário de 2021 até 2026.

A CDE Escassez Hídrica, criada pela REN nº 1.008 de 15 de março de 2022, cujas quotas foram homologadas por meio do Despacho nº 510 de 24 de janeiro de 2023, sendo os valores pagos a partir do mês subsequente ao processo tarifário de 2023.

23.5 Suspensão da não incidência de ICMS nas tarifas de energia elétrica

Em 23 de junho de 2022 foi publicada a Lei Complementar nº 194, que determinou a redução das alíquotas do ICMS sobre energia elétrica pelos Estados, bem como reduziu a base de cálculo do tributo. Nesse contexto, a Companhia realizou a análise das normas e legislações estaduais sobre o tema de forma a refletir o melhor entendimento da nova determinação em seus sistemas de faturamento.

Em 09 de fevereiro de 2023, a liminar cautelar nº 7.195 determinou a suspensão da não incidência do ICMS sobre serviços de transmissão, distribuição e encargos setoriais vinculados às operações com energia elétrica, que passaram a ser tributados novamente, a partir de 18 de fevereiro de 2023.

(24) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

| | GWh | | R\$ mil | |
|---|--------------|--------------|----------------|----------------|
| | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 |
| Energia comprada para revenda | | | | |
| Energia de Itaipu Binacional | 501 | 504 | 108.231 | 146.920 |
| PROINFA | 46 | 48 | 21.374 | 28.035 |
| Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado, contratos bilaterais e energia de curto prazo | 1.906 | 2.034 | 362.532 | 369.272 |
| Crédito de PIS e COFINS | - | - | (45.083) | (50.242) |
| Subtotal | 2.454 | 2.586 | 447.053 | 493.985 |
| Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição | | | | |
| Encargos da rede básica | | | 254.579 | 202.422 |
| Encargos de transporte de itaipu | | | 18.417 | 14.040 |
| Encargos de conexão | | | 7.463 | 8.448 |
| Encargos de uso do sistema de distribuição | | | 17.495 | 15.286 |
| Encargos de serviço do sistema - ESS líquido do repasse da CONER (*) | | | 7.740 | 22.986 |
| Encargos de energia de reserva - EER | | | 49.151 | 35.021 |
| Crédito de PIS e COFINS | | | (32.820) | (27.581) |
| Subtotal | | | 322.025 | 270.622 |
| Total | | | 769.078 | 764.607 |

(*) Conta de energia de reserva

(25) OUTROS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

| | Outros custos com operação | | Custo do serviço prestado a terceiros | | Outras despesas operacionais | | | | | | Total | |
|---|----------------------------|---------------|---------------------------------------|----------------|------------------------------|---------------|--------------------------|---------------|--------------|--------------|----------------|----------------|
| | | | | | Vendas | | Gerais e administrativas | | Outros | | | |
| | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 |
| Pessoal | 54.279 | 46.043 | - | - | 7.648 | 6.487 | 18.956 | 13.698 | - | - | 80.883 | 66.228 |
| Material | 13.289 | 16.081 | 134 | 126 | 114 | 123 | 3.251 | 765 | - | - | 16.788 | 17.094 |
| Serviços de terceiros | 21.702 | 21.102 | 268 | 192 | 15.322 | 14.881 | 27.893 | 21.882 | - | - | 65.185 | 58.057 |
| Custos com construção da infraestrutura | - | - | 265.403 | 204.888 | - | - | - | - | - | - | 265.403 | 204.888 |
| Outros | 199 | 136 | - | - | 4.604 | 4.866 | 14.332 | 7.728 | 9.644 | 8.386 | 28.779 | 21.116 |
| Taxa de arrecadação | - | - | - | - | 4.323 | 4.601 | - | - | - | - | 4.323 | 4.601 |
| Arrendamentos e aluguéis | - | - | - | - | - | - | 995 | 275 | - | - | 995 | 275 |
| Publicidade e propaganda | - | - | - | - | - | - | 1.088 | 946 | - | - | 1.088 | 946 |
| Legais, judiciais e indenizações | - | - | - | - | - | - | 10.607 | 5.709 | - | - | 10.607 | 5.709 |
| Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante | - | - | - | - | - | - | - | - | 9.097 | 8.091 | 9.097 | 8.091 |
| Outros | 199 | 136 | - | - | 281 | 265 | 1.641 | 798 | 547 | 295 | 2.669 | 1.494 |
| Total | 89.470 | 83.362 | 265.806 | 205.206 | 27.688 | 26.356 | 64.432 | 44.073 | 9.644 | 8.386 | 457.040 | 367.383 |

(26) RESULTADO FINANCEIRO

| | 2023 | 2022 |
|--|------------------|------------------|
| Receitas | | |
| Rendas de aplicações financeiras | 19.725 | 11.142 |
| Acréscimos e multas moratórias | 15.268 | 17.143 |
| Atualização de créditos fiscais | 2.442 | 7.704 |
| Atualização de depósitos judiciais | 1.468 | 1.381 |
| Atualizações monetárias e cambiais | 4.540 | 5.028 |
| Deságio na aquisição de crédito de ICMS | 775 | 731 |
| Atualizações de ativo financeiro setorial (nota 9) | 5.606 | 18.024 |
| PIS e COFINS - sobre outras receitas financeiras | (1.538) | (3.029) |
| Outros | 2.964 | 3.987 |
| Total | 51.249 | 62.110 |
| Despesas | | |
| Encargos de dívidas | (55.925) | (51.088) |
| Atualizações monetárias e cambiais | (81.252) | (64.942) |
| (-) Juros capitalizados | 3.257 | 1.779 |
| Atualizações de passivo financeiro setorial (nota 9) | (3.701) | (5.175) |
| Atualização da exclusão do ICMS da base de PIS/COFINS (nota 8.1) | (758) | (7.047) |
| Outros | (4.142) | (3.822) |
| Total | (142.520) | (130.295) |
| Resultado financeiro | (91.271) | (68.184) |

Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 7,38% a.a. em 2023 (7,13% a.a. em 2022) sobre os ativos qualificáveis, de acordo com o CPC 20 (R1).

As rubricas de atualizações monetárias e cambiais contemplam os efeitos líquidos das perdas com instrumentos derivativos no montante de R\$ 82.069 (R\$ 91.113 em 2022) (nota 30).

(27) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia tem como controladora a CPFL Energia, que possuía em 31 de dezembro de 2023, as seguintes empresas como acionistas controladores:

State Grid Brazil Power Participações S.A.

Companhia controlada indiretamente pela State Grid Corporation of China, companhia estatal chinesa cujo principal negócio é desenvolver e operar empresas no setor energético.

ESC Energia S.A.

Companhia controlada pela State Grid Brazil Power Participações S.A..

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores e coligadas, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influência significativa sobre a Companhia.

As principais naturezas e transações estão relacionadas a seguir:

Intangível, ativo contratual, materiais e prestação de serviços: Refere-se à aquisição de equipamentos, cabos e outros materiais para aplicação nas atividades de distribuição, e contratação de serviços de engenharia e consultoria.

Compra e venda de energia no mercado regulado e encargos: A Companhia cobra tarifas

pelo uso da rede de distribuição (TUSD) e realiza vendas de energia a partes relacionadas, presentes em suas respectivas áreas de concessão (consumidores cativos). Os valores cobrados são definidos através de preços regulados pelo Poder Concedente. A Companhia também adquire energia de partes relacionadas, envolvendo principalmente contratos de longo prazo, em consonância com as regras estabelecidas pelo setor (principalmente através de leilão), sendo também seus preços regulados e aprovados pela ANEEL.

A controladora CPFL Energia possui um “Comitê de Partes Relacionadas”, formado por dois membros independentes e um executivo do Grupo, que avalia as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas.

A Administração considerou a proximidade de relacionamento com as partes relacionadas associada a outros fatores para determinar o nível de detalhes de divulgação das transações e acredita que as informações relevantes sobre as transações com partes relacionadas estão adequadamente divulgadas.

A remuneração total do pessoal-chave da administração em 2023, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 642/2010 e CPC 05 (R1) – Partes Relacionadas foi de R\$ 3.798 (R\$ 3.327 em 2022). Este valor é composto por R\$ 3.358 (R\$ 2.990 em 2022) referente a benefícios de curto prazo, R\$ 30 (R\$ 18 em 2022) de benefícios pós-emprego e R\$ 411 (R\$ 319 em 2022) de outros benefícios de longo prazo, e refere-se ao valor registrado pelo regime de competência.

As transações com as entidades sob controle comum (controladas da State Grid Corporation of China), referem-se basicamente a encargos de uso do sistema de transmissão, incorridos e pagos pela Companhia.

Transações envolvendo acionistas controladores, entidades sob o controle comum ou influência significativa e empreendimentos controlados em conjunto pela CPFL Energia:

| Empresas | Ativo | | Passivo | | Receita | | Despesa/custo | |
|---|------------|------------|------------|------------|---------|-------|---------------|--------|
| | 31/12/2023 | 31/12/2022 | 31/12/2023 | 31/12/2022 | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 |
| Alocação de despesas entre empresas | | | | | | | | |
| Entidades sob o controle da CPFL Energia | 660 | 323 | 1.754 | 1.300 | - | - | 17.176 | 11.423 |
| Arrendamento e aluguel | | | | | | | | |
| Entidades sob o controle da CPFL Energia | 1 | - | 848 | 326 | 248 | 302 | 255 | 234 |
| Dividendos/Juros sobre o capital próprio | | | | | | | | |
| CPFL Energia S.A. | - | - | 12.920 | 25.852 | - | - | - | - |
| Intangível, ativo contratual, materiais e prestação de serviço | | | | | | | | |
| Entidades sob o controle da CPFL Energia (*) | 49.905 | 43.007 | 7.216 | 5.528 | 6 | 7 | 23.129 | 21.976 |
| Compra e venda de energia e encargos | | | | | | | | |
| Entidades sob o controle da CPFL Energia | 44 | 26 | 329 | 3.505 | 2.552 | 1.856 | 4.653 | 34.151 |
| Empreendimentos controlados em conjunto pela CPFL Energia | - | - | 138 | 90 | - | - | 899 | 818 |
| Encargos - Rede básica | | | | | | | | |
| Entidades sob o controle comum (controladas da State Grid Corporation of China) | - | - | - | - | - | - | 19.721 | 17.786 |
| Outros | | | | | | | | |
| Instituto CPFL | - | - | - | - | - | (663) | 254 | 117 |
| Outras operações financeiras | | | | | | | | |
| Entidades sob o controle da CPFL Energia | 13 | - | 1.944 | 2.312 | 6 | - | - | - |

(*) A Companhia adquiriu equipamentos, cabos e outros materiais para aplicação nas atividades de distribuição e contratação de serviços de informática e construção civil no exercício. Do valor total de dispêndios relacionados a estas operações, foram capitalizados o montante de R\$ 49.786 no exercício (R\$ 42.865 em 2022), que não estão sendo apresentados no quadro acima.

(28) SEGUROS

A Companhia mantém contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As principais coberturas de seguros são:

| <u>Descrição</u> | <u>Ramo da apólice</u> | <u>31/12/2023</u> |
|--|---|-------------------|
| Ativo financeiro da concessão / Intangível | Riscos nomeados | 133.000 |
| Transporte | Transporte nacional | 67.844 |
| Responsabilidade civil | Geral e riscos ambientais | 50.000 |
| Pessoas | Vidas em grupo e acidentes pessoais | 62.137 |
| Garantia | Seguro Garantia | 58.596 |
| Outros | Responsabilidade civil dos administradores e outros | 150.000 |
| Total | | 521.577 |

Determinadas apólices para cobertura de responsabilidade civil, são compartilhadas entre as empresas do Grupo CPFL Energia. O prêmio é pago proporcionalmente por cada empresa envolvida de acordo com critérios definidos pela Administração.

(29) GESTÃO DE RISCOS

Os negócios da Companhia compreendem principalmente distribuição de energia elétrica. Como concessionária de serviços públicos, as atividades e/ou tarifas da Companhia são reguladas pela ANEEL.

Estrutura do gerenciamento de risco

A gestão de riscos é conduzida através de uma estrutura que envolve o Conselho de Administração e Fiscal da controladora CPFL Energia, Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Diretoria de Auditoria, Riscos, Compliance e DPO (Data Protection Officer), bem como as áreas de negócio. Essa gestão é regulamentada pela Política de Gestão Corporativa de Riscos que descreve e regulamenta o gerenciamento corporativo de riscos, as principais responsabilidades das partes envolvidas e os limites de exposição aos principais riscos.

Compete ao Conselho de Administração da CPFL Energia:

- Deliberar sobre as propostas de indicadores de risco e as metodologias de limite ou limites de risco encaminhadas pela Diretoria Executiva da CPFL Energia, além de conhecer as exposições e planos de mitigação apresentados em caso de eventual ultrapassagem dos limites de riscos propostos.
- Orientar a condução dos negócios, observando, dentre outros, o monitoramento dos riscos empresariais exercido através do modelo de gerenciamento corporativo de risco adotado pela Companhia;
- Observar as responsabilidades previstas no Regimento Interno do Conselho de Administração;
- Zelar para que a Diretoria possua mecanismos e controles internos para conhecer e avaliar os Riscos;
- Tomar conhecimento e acompanhar eventuais importantes fragilidades de controles e/ou processos, assim como falhas de aderência regulatória relevantes acompanhando planos propostos pela Diretoria Executiva da CPFL Energia para saná-los; e
- Deliberar sobre as propostas de alteração no Mapa Corporativo de Riscos encaminhadas pela Diretoria Executiva da CPFL Energia.

Cabe ao(s) Comitê(s) de Assessoramento do Conselho de Administração:

- Observar as responsabilidades previstas no Regimento Interno dos Comitês de Assessoramento;
- Acompanhar o andamento das ações de mitigação sinalizadas para reenquadramento das exposições aos limites de risco aprovados;
- Orientar os trabalhos de Auditoria Interna e elaboração de propostas de aprimoramento; e

- Tomar conhecimento: (i) dos modelos de monitoramento dos riscos; (ii) das exposições aos riscos; e (iii) dos níveis de controle (incluindo sua eficácia), apoiando o Conselho de Administração no desempenho do seu papel estatutário relativo à gestão de riscos.

Ao Conselho Fiscal da CPFL Energia compete, entre outros, certificar que a Administração tem meios para identificar os riscos sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras aos quais a Companhia está exposta, bem como monitorar a eficácia do ambiente de controles.

À Diretoria Executiva cabe:

- Recomendar indicadores de risco e metodologias de limite ou limites de risco ao Conselho de Administração da CPFL Energia para deliberação;
- Observar os limites de riscos definidos, devendo tomar as medidas necessárias para evitar que a exposição aos riscos exceda tais limites e reportar eventuais ultrapassagens ao Conselho de Administração da CPFL Energia, apresentando ações de mitigação;
- Recomendar alterações no Mapa Corporativo de Riscos ao Conselho de Administração da CPFL Energia para deliberação;
- Avaliar, pelo menos anualmente, a eficácia da Política de Gestão de Riscos e dos sistemas de gerenciamento de riscos e de controles internos, bem como do programa de integridade/conformidade (*compliance*) e prestar contas ao conselho de administração sobre essa avaliação;
- Submeter ao Conselho de Administração da CPFL Energia assuntos que julgar pertinentes para o efetivo monitoramento dos riscos corporativos.

A Diretoria de Auditoria, Riscos, Compliance e DPO é responsável por:

- Coordenar o processo de avaliação de riscos corporativos da Companhia, desenvolvendo e mantendo atualizadas as metodologias de Gestão Corporativa de Riscos;
- Identificar e documentar os riscos aos quais a Companhia está exposta;
- Desenvolver, em conjunto com os gestores dos negócios, modelos e/ou indicadores para monitoramento dos riscos, critérios de classificação e propostas de limite;
- Monitorar periodicamente as exposições aos riscos e acompanhar a implantação das ações de mitigação pelos gestores dos negócios;
- Acompanhar a apresentação do modelo de risco e a justificativa pela ultrapassagem de limite para a Diretoria Executiva da Companhia;
- Acompanhar e reportar status dos planos de mitigação sinalizados para reenquadramento das exposições aos limites aprovados; e
- Avaliar o ambiente de controles internos da Companhia e interagir com os respectivos gestores dos negócios buscando a definição de planos de ação no caso de deficiências identificadas.

As áreas de negócio possuem responsabilidade primária pela gestão dos riscos inerentes aos seus processos, devendo conduzi-los dentro dos limites de exposição definidos e implementando planos de mitigação para as principais exposições, bem como desenvolver e manter um ambiente adequado de controles operacionais para efetividade e continuidade dos negócios de suas respectivas unidades de gestão.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como seguem:

Risco de taxa de câmbio: Esse risco decorre de a possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira. A exposição relativa à captação de recursos em moeda estrangeira está coberta por operações financeiras de swap. A quantificação destes riscos está apresentada na nota 30. Adicionalmente a Companhia está exposta em suas atividades operacionais, à variação cambial na compra de energia elétrica de Itaipu. O mecanismo de compensação - CVA protege a Companhia de eventuais perdas econômicas.

Risco de taxa de juros e de indexadores de inflação: Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros e nos

indexadores de inflação que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures. A quantificação deste risco está apresentada na nota 30.

Risco de crédito: O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Mesmo sendo muito pulverizado, o risco é gerenciado através do monitoramento da inadimplência, ações de cobrança e corte de fornecimento.

Risco de sub/sobrecontratação: Risco inerente ao negócio de distribuição de energia no mercado brasileiro ao qual a Companhia e todas as distribuidoras do mercado estão expostas. A Companhia pode ficar impossibilitada de repassar integralmente os custos de suas compras de energia elétrica em duas situações: (i) quando o volume de energia contratada for superior a 105% da energia demandada pelos consumidores e (ii) quando o nível de contratos for inferior a 100% desta energia demandada. No primeiro caso a energia contratada acima dos 105% é vendida na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) e não é repassada aos consumidores, ou seja, em cenários de PLD (Preço de liquidação das diferenças) inferior ao preço de compra desses contratos, há uma perda para a concessão. No segundo caso, além da Companhia ser obrigada a adquirir energia ao valor do PLD na CCEE e não possuir garantias de repasse integral na tarifa dos consumidores, há uma penalidade por insuficiência de lastro contratual. Essas situações podem ser mitigadas se as distribuidoras fizerem jus a exposições ou sobras involuntárias.

Risco quanto à escassez de energia hídrica: A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação de seu volume, podendo acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica ou adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001. Ao longo de 2023, observa-se continuidade do cenário hidrológico favorável ocorrido em 2022, e os principais reservatórios seguem em níveis confortáveis.

Risco de aceleração de dívidas: A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (covenants) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação. Essas cláusulas restritivas são monitoradas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, se atendidas nas periodicidades exigidas contratualmente ou se obtida a anuência prévia dos credores para o não atendimento.

Risco regulatório: As tarifas de fornecimento de energia elétrica cobradas pela Companhia dos consumidores cativos são fixadas pela ANEEL, de acordo com a periodicidade prevista no contrato de concessão celebrado com o Governo Federal e em conformidade com a metodologia de revisão tarifária periódica estabelecida para o ciclo tarifário. Uma vez homologada essa metodologia, a ANEEL determina as tarifas a serem cobradas pelas distribuidoras dos consumidores finais. As tarifas assim fixadas, conforme disposto na Lei nº 8.987/1995, devem assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão no momento da revisão tarifária, mas podem gerar reajustes menores em relação ao esperado pela Companhia.

Gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros

A Companhia mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado. A avaliação desse potencial impacto, oriundo da volatilidade dos fatores de risco e suas correlações, é realizada periodicamente para apoiar o processo de tomada de decisão a respeito da estratégia de gestão do risco, que pode incorporar instrumentos financeiros, incluindo derivativos.

As carteiras compostas por esses instrumentos financeiros são monitoradas mensalmente, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa.

Controles para gerenciamento dos riscos: Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar os procedimentos estabelecidos pela Administração, a Companhia possui uma assessoria financeira contratada para realizar e reportar o cálculo do *Mark to Market*, *Stress Testing* e *Duration* dos instrumentos, além de se utilizar do sistema de *software* Bloomberg para o auxílio deste processo, avaliando os riscos aos

quais a Companhia está exposta. Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pela Companhia suportados por estas ferramentas, têm apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos. Ressalta-se que a Companhia tem a prática de contratação de instrumentos derivativos, sempre com as devidas aprovações de alçadas, somente quando há uma exposição a qual a Administração considera como risco. Adicionalmente, a Companhia não realiza transações envolvendo derivativos especulativos.

(30) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, marcados a valores justos e/ou cujo valor contábil é diferente do respectivo valor justo, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são, como segue:

| | Nota Explicativa | Categoria / Mensuração | Nível(*) | 31/12/2023 | |
|--|---------------------|---------------------------|---------------|------------------|------------------|
| | | | | Contábil | Valor Justo |
| Ativo | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 5 | (a) | Nível 2 | 70.311 | 70.311 |
| Titulos e valores mobiliários | 6 | (a) | Nível 1 | 17.935 | 17.935 |
| Derivativos | 30 | (a) | Nível 2 | 5.139 | 5.139 |
| Ativo financeiro da concessão | 11 | (a) | Nível 3 | 183.111 | 183.111 |
| Total | | | | 276.496 | 276.496 |
| Passivo | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos - principal e encargos | 16 | (b) | Nível 2 (***) | 387.162 | 387.162 |
| Empréstimos e financiamentos - principal e encargos (**) | 16 | (a) | Nível 2 | 586.108 | 586.108 |
| Debêntures - principal e encargos | 17 | (b) | Nível 2 (***) | 95.980 | 95.991 |
| Derivativos | 30 | (a) | Nível 2 | 62.912 | 62.912 |
| Total | | | | 1.132.162 | 1.132.173 |

(*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo.

(**) Em função da designação inicial deste passivo financeiro, a Companhia apresentou uma perda R\$ 12.443 em 2023 (um ganho R\$ 16.664 em 2022).

(***) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1) .

Legenda

Categoria / Mensuração:

(a) - Valor justo contra o resultado

(b) - Mensurados ao custo amortizado

A classificação dos instrumentos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Companhia para cada instrumento.

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos, devido à sua natureza, na data destas demonstrações financeiras, são:

- Ativos financeiros: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias, (ii) contas a receber - CDE, (iii) cauções, fundos e depósitos vinculados, (iv) serviços prestados a terceiros, (v) convênios de arrecadação, (vi) ativo financeiro setorial e (vii) arrendamento;
- Passivos financeiros: (i) fornecedores; (ii) taxas regulamentares; (iii) consumidores e concessionárias a pagar; (iv) FNDCT/EPE/PROCEL; (v) convênios de arrecadação; (vi) descontos tarifários – CDE, (vii) passivo financeiro setorial e (viii) fundo de reversão.

Adicionalmente, não houve em 2023 transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo.

a) Valorização dos instrumentos financeiros

Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate), trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título), obtido da curva de juros de mercado em reais.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- Nível 2: informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- Nível 3: instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Em função da Companhia ter classificado o respectivo ativo financeiro da concessão como valor justo contra resultado, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3.

b) Instrumentos derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (hedge econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por swaps de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* local de pelo menos AA- ou B- global, avaliado em pelo menos uma das agências S&P, Moodys ou Fitch, e em caso de mais de uma, é considerada o menor *rating* entre elas. A Administração não identificou para os exercícios de 2023 e 2022 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas.

Os instrumentos de proteção contratados pela Companhia são *swaps* de moeda ou taxas de juros, sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos.

Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pela Companhia possuem prazos perfeitamente alinhados com as respectivas dívidas protegidas, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tais dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo (nota 16). As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo amortizado. Ademais, a Companhia não adotou a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as operações com instrumentos derivativos.

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia detinha as seguintes operações de *swap*, todas negociadas no mercado de balcão:

| Estratégia | Valores de mercado (contábil) | | Valores a custos, líquidos ⁽¹⁾ | Ganho (Perda) na marcação a mercado | Moeda / indexador dívida | Moeda / indexador swap | Faixa de vencimento | Nacional | |
|---|-------------------------------|-----------------|---|-------------------------------------|--------------------------|-------------------------|--------------------------|-----------------|---------|
| | Ativo | Passivo | | | | | | | |
| Derivativos de proteção de dívidas designadas a valor justo | | | | | | | | | |
| Hedge variação cambial | | | | | | | | | |
| Empréstimos bancários - Lei 4.131 | 5.139 | (56.948) | (51.809) | (32.041) | (19.768) | US\$ + de 1,85% a 5,91% | CDI + 0,8% a CDI + 1,33% | fev/24 a set/26 | 535.049 |
| Empréstimos bancários - Lei 4.131 | - | (5.964) | (5.964) | (6.043) | 79 | EUR + de 4,22% | CDI + 1,10% | mar/23 | 81.564 |
| | 5.139 | (62.912) | (57.773) | (38.084) | (19.689) | | | | |
| Total | 5.139 | (62.912) | (57.773) | (38.084) | (19.689) | | | | |
| Circulante | 1.701 | - | | | | | | | |
| Não circulante | 3.438 | (62.912) | | | | | | | |

Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre dívidas e debêntures, vide notas 16.

⁽¹⁾ Os valores a custo representam o saldo do derivativo sem a respectiva marcação a mercado, enquanto que o nacional refere-se ao saldo principal da dívida e reduz-se conforme ocorre a amortização da mesma.

A movimentação dos derivativos está demonstrada a seguir:

| | Saldo em 31/12/2022 | Atualização monetária e cambial e marcação a mercado | Liquidação | Saldo em 31/12/2023 |
|---------------------------------------|---------------------|--|---------------|---------------------|
| Derivativos | | | | |
| Para dívidas designadas a valor justo | 13.569 | (91.358) | 39.705 | (38.084) |
| Marcação a mercado (*) | (28.978) | 9.289 | - | (19.689) |
| Total | (15.409) | (82.069) | 39.705 | (57.773) |
| Ativo circulante | - | | | 1.701 |
| Ativo não circulante | 14.317 | | | 3.438 |
| Passivo não circulante | (29.726) | | | (62.912) |

(*) Os efeitos no resultado e resultado abrangente de 2023 refere-se aos ajustes ao valor justo (MTM) dos derivativos para as dívidas designadas a valor justo.

Conforme mencionado acima, a Companhia optou por marcar a mercado a dívida para qual possui instrumentos de derivativos totalmente atrelados (nota 16).

A Companhia tem reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos no resultado do exercício. No entanto, por se tratarem de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Para os exercícios de 2023 e 2022, os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado registrados na rubrica de despesa

financeira com atualizações monetárias e cambiais e no resultado abrangente na rubrica risco de crédito na marcação a mercado, este último relativo às dívidas marcadas a valores justos:

| Risco protegido / operação | Ganho (Perda) no resultado | | Ganho (Perda) no resultado abrangente |
|----------------------------|----------------------------|-----------------|---|
| | 2023 | 2022 | 2022 |
| Variação cambial | (91.358) | (72.935) | - |
| Marcação a mercado | 9.289 | (18.178) | 84 |
| Total | (82.069) | (91.113) | 84 |

c) Ativos financeiros da concessão

Conforme mencionado acima, a Companhia tem classificado o respectivo ativo financeiro da concessão como valor justo contra resultado. A movimentação e respectivos ganhos (perdas) no resultado do exercício de 2023 foi de R\$ 7.214 (R\$ 6.586 em 2022), assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas na nota 11 e 23.

d) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio e taxas de juros, que irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado.

e) Análise de sensibilidade

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros (inclusive derivativos) estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros.

Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um consequente impacto negativo no resultado da Companhia. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma, a Companhia quantificou os riscos através da exposição líquida das variáveis (dólar, euro, CDI, IPCA e SELIC), conforme demonstrado:

e.1) Variação cambial

Considerando que a manutenção da exposição cambial líquida existente em 31 de dezembro de 2023 fosse mantida, a simulação dos efeitos consolidados por tipo de instrumento financeiro, para os três cenários distintos seria:

| Instrumentos | Exposição (a) | Risco | Receita (despesa) | | |
|--|---------------|-------------|-------------------------|------------------------------|------------------------------|
| | | | Depreciação cambial (b) | Apreciação cambial de 25%(c) | Apreciação cambial de 50%(c) |
| Instrumentos financeiros passivos | (502.377) | | (20.899) | 109.920 | 240.739 |
| Derivativos - swap plain vanilla | 514.071 | | 21.385 | (112.479) | (246.343) |
| | 11.693 | baixa dolar | 487 | (2.558) | (5.603) |
| Instrumentos financeiros passivos | (83.731) | | (4.312) | 17.698 | 39.709 |
| Derivativos - swap plain vanilla | 84.737 | | 4.364 | (17.911) | (40.186) |
| | 1.006 | baixa euro | 52 | (213) | (477) |
| Total | 12.699 | | 539 | (2.771) | (6.080) |
| Efeitos no resultado do exercício | | | 539 | (2.771) | (6.080) |

(a) A taxa de câmbio considerada em 31.12.2023 foi de R\$ 4,84 para o dólar e R\$ 5,38 para o euro.

(b) Conforme curvas de câmbio obtidas em informações disponibilizadas pela B3 S.A.- Brasil, Bolsa, Balcão, sendo a taxa de câmbio considerada de R\$ 5,04 e R\$ 5,66 e a depreciação cambial de 4,16% e 5,15%, do dólar e do euro respectivamente em 31.12.2023.

(c) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação dos índices aplicados são referentes às informações disponibilizadas pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

Em função da exposição cambial líquida do dólar e do euro ser um ativo, o risco é baixa do dólar

e do euro, portanto o câmbio foi apreciado em 25% e 50% em relação ao câmbio provável.

e.2) Variação das taxas de juros

Supondo que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2023 fosse mantido, a despesa financeira líquida para os próximos 12 meses para cada um dos três cenários definidos seria:

| Instrumentos | Exposição | Risco | taxa no período | taxa Cenário provável (a) | Receita (despesa) | | |
|--|------------------|------------|-----------------|---------------------------|-------------------|---------------------------------------|---------------------------------------|
| | | | | | Cenário provável | Elevação/Redução de índice em 25% (b) | Elevação/Redução de índice em 50% (b) |
| Instrumentos financeiros ativos | 82.044 | | | | 8.295 | 10.368 | 12.442 |
| Instrumentos financeiros passivos | (96.005) | | | | (9.705) | (12.133) | (14.559) |
| Derivativos - swap plain vanilla | (656.581) | | | | (66.380) | (82.975) | (99.570) |
| | (670.541) | alta CDI | 11,65% | 10,11% | (67.791) | (84.740) | (101.687) |
| Instrumentos financeiros passivos | (389.938) | | | | (13.609) | (17.011) | (20.413) |
| Ativo financeiro da concessão | 183.111 | | | | 6.391 | 7.988 | 9.586 |
| | (206.828) | alta IPCA | 4,62% | 3,49% | (7.218) | (9.023) | (10.827) |
| Ativos e passivos financeiros setoriais | (11.490) | | | | (1.162) | (1.452) | (1.743) |
| | (11.490) | alta SELIC | 11,65% | 10,11% | (1.162) | (1.452) | (1.743) |
| Total | (888.860) | | | | (76.171) | (95.215) | (114.257) |
| Efeitos no resultado do exercício | | | | | (76.171) | (95.215) | (114.257) |

(a) Os índices foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

(b) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação foram aplicados sobre os índices no cenário provável.

f) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de Consumidores, Concessionárias e Permissionárias e de instrumentos financeiros da Companhia. Mensalmente, o risco é monitorado e classificado de acordo com a exposição atual, considerando o limite aprovado pela Administração.

As perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros reconhecidas no resultado estão apresentadas na nota 7 – Consumidores, Concessionárias e Permissionárias.

Contas a receber e ativos de contrato - Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada carteira de clientes. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito.

A Companhia utiliza uma matriz de provisões para a mensuração da perda de crédito esperada com contas a receber de clientes de acordo com a classe de consumidor (Residencial, Comercial, Rural, Poder Público, Iluminação Pública, Serviços Públicos), Outras Receitas e Receita Não Faturada, consistindo em maioria por um grande número de saldos pulverizados.

As taxas de perda são baseadas na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos anos. Essas taxas refletem as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos foram coletados, as condições atuais e a visão da Companhia sobre as condições econômicas futuras ao longo da vida esperada dos recebíveis. Desta forma, fora calculada uma “Receita ajustada”, refletindo a percepção da Companhia sobre a perda esperada. Tal receita ajustada foi alocada por classe de consumo (matriz), de acordo com o intervalo atualmente utilizado na provisão orientada pelos parâmetros regulatórios, como segue:

| Classe | Dias | Período |
|---|------|---|
| Residencial | 90 | Receita de 3 meses anteriores ao mês atual |
| Comercial e outras receitas | 180 | Receita de 6 meses anteriores ao mês atual |
| Industrial, rural, poder público em geral | 360 | Receita de 12 meses anteriores ao mês atual |
| Não faturado | - | Utiliza receita do próprio mês |

Desta forma, com base nas premissas acima, é calculado um índice “Ajustado” de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (“PCLD”) para o mês, que foi determinado dividindo-se a “PCLD Real” pela “Receita Ajustada” de cada mês. Na sequência, a PCLD é estimada mensalmente, considerando a média móvel respectiva dos meses dos índices mensais “Ajustados”, e aplicada

sobre a receita real do mês corrente.

Com base neste critério, o percentual de PCLD a ser aplicado é alterado mensalmente, na medida em que é calculada a média móvel.

A metodologia utilizada pela Administração contempla um percentual que está aderente com a regra contábil descrita como expected credit losses, contemplando em um único percentual a probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla Probabilidade de Inadimplência (“Probability of Default - PD”), Exposição na Inadimplência (“Exposure at Default - EAD”) e Perda Dada a Inadimplência (“Loss Given Default - LGD”).

Fatores macroeconômicos

Após estudos desenvolvidos pela Companhia para avaliar quais as variáveis que apresentam o índice de correlação com o montante real de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, não foram identificados outros índices ou fatores macroeconômicos que impactassem de forma relevante ou que possuíssem correlação direta ao nível de inadimplência.

Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

A Companhia limita sua exposição ao risco de crédito através do investimento em títulos de dívida que tenham um mercado líquido e que o risco da contraparte (bancos e instituições financeiras) tenha um rating de pelo menos AA-.

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos ratings de crédito externos das contrapartes. A Administração não identificou para os exercícios de 2023 e 2022 que os títulos tivessem uma mudança relevante no risco de crédito.

Derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (hedge econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por swaps de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um rating local de pelo menos AA- ou B- global, avaliado em pelo menos uma das agências S&P, Moodys, Fitch, e em caso de mais de uma, é considerado o menor rating entre elas (nota 30b). A Administração não identificou para os exercícios de 2023 e 2022 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas.

g) Análise de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2023, considerando principal e juros futuros, e está baseada no fluxo de caixa não descontado considerando a data mais próxima em que a Companhia deve liquidar as respectivas obrigações.

| 31/12/2023 | Nota Explicativa | Menos de 1 mês | 1-3 meses | 3 meses a 1 ano | 1-3 anos | 4-5 anos | Mais de 5 anos | Total |
|---|------------------|----------------|----------------|-----------------|----------------|----------------|----------------|------------------|
| Fornecedores | 15 | 141.445 | 5.684 | - | - | - | - | 147.129 |
| Empréstimos e financiamentos - principal e encargos | 16 | 4.827 | 85.106 | 90.087 | 470.995 | 309.535 | 290.355 | 1.250.905 |
| Derivativos | 30 | - | - | - | 62.912 | - | - | 62.912 |
| Debêntures - principal e encargos | 17 | - | - | 100.123 | - | - | - | 100.123 |
| Taxas regulamentares | | 5.665 | - | - | - | - | - | 5.665 |
| Outros | 20 | 4.471 | 17.596 | 3.237 | 369 | 369 | 1.733 | 27.775 |
| Consumidores e concessionárias | | 4.456 | 13.261 | - | - | - | - | 17.717 |
| EPE / FNDCT / PROCEL | | - | - | 3.099 | - | - | - | 3.099 |
| Convênio de arrecadação | | - | 4.304 | - | - | - | - | 4.304 |
| Fundo de reversão | | 15 | 31 | 139 | 369 | 369 | 1.733 | 2.656 |
| Total | | 156.409 | 108.385 | 193.446 | 534.276 | 309.904 | 292.088 | 1.594.509 |

(31) TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

A Companhia possuiu no exercício de 2023, um valor de R\$ 3.257 (R\$ 1.779 em 2022) referente a juros capitalizados no intangível da concessão - infraestrutura de distribuição (nota 26).

Ainda em 2023, houve o aumento do capital social (nota 21) da Companhia no montante de R\$ 48.343, sendo R\$ 34.083 decorrente de Reserva Legal e R\$ 14.260 decorrente de Reserva estatutária de reforço de capital de giro apurados no exercício de 2022.

(32) COMPROMISSOS

Os compromissos da Companhia relacionados a contratos de longo prazo são como segue:

| Obrigações contratuais em 31/12/2023 | Duração | Menos de 1 ano | 1-3 anos | 4-5 anos | Mais de 5 anos | Total |
|--|-------------|----------------|------------------|------------------|-------------------|-------------------|
| Compra de energia (exceto Itaipu) | Até 21 anos | 368.728 | 634.810 | 633.454 | 3.053.648 | 4.690.640 |
| Compra de energia de Itaipu | Até 21 anos | 103.570 | 237.283 | 242.783 | 1.997.762 | 2.581.398 |
| Encargos de uso do sistema de distribuição e transmissão | Até 21 anos | 295.572 | 592.453 | 649.747 | 6.435.795 | 7.973.566 |
| Projetos de construção de subestação | Até 2 anos | 58.722 | 7.157 | - | - | 65.878 |
| Fornecedores de materiais e serviços | Até 5 anos | 102.522 | 102.647 | 43.562 | - | 248.731 |
| Total | | 929.113 | 1.574.350 | 1.569.545 | 11.487.205 | 15.560.213 |

DIRETORIA

CARLOS ZAMBONI NETO

Diretor Presidente

YUEHUI PAN
Diretor Financeiro

**JAIRO EDUARDO DE BARROS
ALVARES**

Diretor de Assuntos Regulatórios

RAFAEL LAZZARETTI
Diretor Comercial

OSVANIL OLIVEIRA PEREIRA
Diretor de Operações

FLÁVIO HENRIQUE RIBEIRO

Diretor Administrativo

DIRETORIA DE CONTABILIDADE

SÉRGIO LUIS FELICE

Diretor de Contabilidade
CT CRC 1SP192.767/O-6

ANA PAULA PERESSIM DE PAULO

Gerente de Contabilidade das Distribuidoras
CT CRC 1SP217.200/O-6

***Companhia Jaguari
de Energia***
***Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2023
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Companhia Jaguari de Energia

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Jaguari de Energia ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para empresas de capital fechado, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Campinas, 21 de março de 2024

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Adriano Formosinho Correia
Contador CRC 1BA029904/O-5